

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N° 021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 284/2026

HORÁRIOS E DATAS: (horário de Brasília/DF).

Início das Propostas: 12/03/2026 08:00
Limite para Impugnação: 19/03/2026 23:59
Limite para Esclarecimentos: 19/03/2026 23:59
Limite p/ Recebimento de Propostas: 24/03/2026 08:00
Abertura das Propostas: 24/03/2026 09:00

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

<https://portaldecompraspublicas.com.br/>

ID. Do processo: 462825

OBJETO: Registro de preço para a contratação de empresa especializada para fornecimento de mobiliário em geral para a Prefeitura de Maragogi-AL e seus fundos municipais, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

REGISTRO DE PREÇOS: (X) SIM

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por Item

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREGÃO ELETRÔNICO N°021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 284/2026

O PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI/AL, inscrito no CNPJ n°, 12.124.522/0001-96 torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021, Lei Complementar n° 123/2006, Lei Municipal n° 830/2024, Decreto Municipal n° 001 de 2025 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição de eventual e parcelada de mobiliário em geral para a Prefeitura de Maragogi-AL e seus fundos municipais, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação através do sítio: PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS:

(<https://portaldecompraspublicas.com.br/>).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AL | CEP: 57.955-000
CNPJ n° 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5.** Os ditens serão de participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:**

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- 2.6.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo

entre si;

- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,

previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei n° 14.133, de 2021.

3.3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1° ao 3° do art. 4°, da Lei n° 14.133, de 2021.

3.3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens **3.3** ou **3.3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n° 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.3.12. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.3.13. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.3.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final

máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.3.15. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.3.16. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.3.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.4. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.5. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, sem contudo se identificar:

4.1.1. Será obrigatório a inclusão de garantia de proposta no percentual de 1% (um por cento), calculado sobre o valor da proposta inicial apresentada.

4.1.2. valor unitário, subtotal do item e valor total do item;

4.1.3. Marca;

4.1.4. Fabricante;

4.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E PALÁCIO DAS PALMEIRAS

FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levada a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor** unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será nos termos do art. 57 da Lei Federal 14133/2021.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

5.11. O licitante poderá dar novos lances de acordo com a sequência do sistema.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa

“aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a **dez minutos**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o

valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos

5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação; avaliação do desempenho contratual prévio dos

licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.20.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do município do órgão ou entidade da Administração Pública municipal licitante ou no território do Estado em que este se localize;

5.20.2.2. empresas brasileiras;

5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20.2.5. As propostas serão ordenadas na sequência, igualmente em ordem crescente.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido,

a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União: <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>.

c) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

d) Consulta ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), mantido pela Receita Federal do Brasil, no link: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cadastrosconsultas-cnpj>.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 3.3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade esobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Poderá por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro

classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação, quando solicitados pelo pregoeiro, poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art.

63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.9.2. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.9.3. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64.).

7.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de

contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, **e não** como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa

contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

8.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

8.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

8.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

8.7.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

8.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

8.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

8.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

8.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

8.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

8.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

8.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

8.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

8.13 O gestor do contrato tomará providências para a

formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

8.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

8.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

9.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de (...) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências

na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.7 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

9.7.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.8 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.8.1 o prazo de validade;

9.8.2 a data da emissão;

9.8.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

9.8.4 o período respectivo de execução do contrato;

9.8.5 o valor a pagar; e

9.8.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.10 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na

impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

9.11 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.12 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Prazo de pagamento

9.14 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.](#)

9.15 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **XXXX** de correção monetária.

Forma de pagamento

9.16 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.17 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.18 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.19 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.20 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Exigências de habilitação

9.21 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.22 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.23 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.24 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.25 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.26 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

9.27 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.28 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.29 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.30 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

9.31 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.32 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva. Qualificação Econômico-Financeira

9.33 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

9.34 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

9.35 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.35.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.35.2 As empresas criadas no exercício financeiro da

licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.35.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.35.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.36 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo.

9.37 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei n° 14.133, de 2021, art. 65, §1°).

9.38 De acordo com o Decreto Municipal n° 99/2023 que adotou a IN RFB n° 1234/2014 e suas alterações para fins de retenção do IRRF nas contratações de bens e nas prestações de serviços realizadas pelo Município de MARAGOGI/AL e dá outras providências.

9.38.1 Art. 2° A partir de 22 de janeiro de 2024, ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do Imposto de Renda (IR) incidente sobre pagamentos destinados aos fornecedores, pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, fornecimento ou disponibilização de bens, com bases nas premissas constantes na Instrução Normativa RFB n° 1234, de 11 de janeiro de 2012 e seus anexos, ou em norma que vier a alterá-la ou substituí-la, nos moldes aplicáveis aos órgãos e entidades da administração pública municipal;

9.38.2 §1° As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento por conta de fornecimento de bens ou prestação de serviços, inclusive em casos de pagamento antecipado. Cabe a CONTRATADA o destaque destes impostos no corpo das notas fiscais emitidas.

10 DOS RECURSOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei

nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

a. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

i. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

ii. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

ii. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

b. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

c. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

d. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

e. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

f. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

g. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

h. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico:

<https://maragogi.al.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes/>

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

12.2 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.2.1 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.3 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.4 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.5 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.6 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

13.1.3 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; 13.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.4 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou 13.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

13.1.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.9 fraudar a licitação

13.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.11 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento; 13.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.12 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.13 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.1.14 advertência;

13.1.15 multa;

13.1.16 impedimento de licitar e contratar e

13.1.17 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.1.18 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.1.19 a natureza e a gravidade da infração cometida.

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

13.1.20 as peculiaridades do caso concreto
13.1.21 as circunstâncias agravantes ou atenuantes
13.1.22 os danos que dela provierem para a Administração Pública
13.1.23 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.1.24 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.1.25 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.1.26 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.1.27 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens acima, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.1.28 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas neste edital em como pelas infrações administrativas previstas nos itens mencionado que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.2 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às

penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.3 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.4 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não o reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.7 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.8 As multas previstas, caso sejam aplicadas, serão descontadas por ocasião de pagamentos futuros ou serão depositadas a crédito do Município, no prazo que o despacho de sua aplicação determinar.

14 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame em campo próprio do sistema.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica no portal de compras públicas.

14.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15 DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE

15.1 O particular interessado em participar da presente licitação OBRIGA-SE a:

- a)** Responsabilizar-se pela proposta, declarações e demais informações cadastradas no Sistema Bolsa Nacional de Compras BNC (www.portaldecompraspublicas.com.br);
- b)** Realizar as declarações eletrônicas exigidas no cadastro da proposta no Sistema Portal de compras públicas, sem qualquer falseamento da verdade;
- c)** Remeter, no prazo estabelecido, EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA, os documentos de habilitação e a proposta comercial e, quando necessário, os documentos complementares solicitado no presente Edital (e seus apêndices);
- d)** Manter-se *logado (online)* ao Sistema BNC e acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica;
- e)** Atender tempestivamente aos chamados do Pregoeiro via *CHAT*;
- f)** Prestar as informações e/ou encaminhar os documentos solicitados pelo Pregoeiro durante a Sessão, observando as condições e prazos fixados neste Edital e seus Anexos;
- g)** Acompanhar as informações e/ou documentos disponibilizados no sítio oficial da Instituição em relação ao presente certame, por meio do endereço eletrônico www.bnc.org.br, na seção de editais e licitações;
- h)** Cumprir a proposta cadastrada ou o lance registrado;
- i)** Assinar a ARP e o instrumento contratual, caso seja vencedor do certame;
- j)** Manter-se em situação regular em relação às condições de

participação e de habilitação até a data da assinatura da ARP, como durante toda a vigência da ARP e da(s) contratação(ões), caso seja vencedor;

- k) Não fazer declaração falsa ou não apresentar documento falso;
- l) Não cometer fraude fiscal;
- m) Não formar conluio ou combinar proposta com concorrente;
- n) Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de mecanismos eletrônicos de registro de lances;
- o) Não indicar no cadastro da proposta eletrônica no Comprasnet qualquer tipo de caractere especial identificador da empresa para fins de garantia do anonimato da fase competitiva;
- p) As demais obrigações encontra-se no TR no item 21.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico .

16.2 A critério da Administração, poderá a presente licitação:

- a) ter a abertura da sessão ADIADA, por conveniência da Administração, mediante prévia publicação no Diário Oficial do Município e registro no Sistema BNC, para fins de obtenção de melhores condições de análise de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações do edital, ou por outras razões de interesse da Instituição.
- b) ser SUSPENSA, por conveniência da Administração, mediante prévia publicação no Diário Oficial do Município e registro no Sistema BNC, para fins de readequação de eventuais falhas e/ou inadequações identificadas.
- c) ser REVOGADA, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
- d) ser ANULADA, de ofício ou por provocação de terceiros, caso haja invalidade ou ilegalidade, mediante Despacho escrito e devidamente fundamentado, podendo ser aproveitados os atos pretéritos ao momento da ilegalidade.

16.3 A anulação do procedimento licitatório induz a da contratação, mantendo-se hígidos todos os atos nãocontaminados pela ilegalidade declarada.

16.4 Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

16.5 O Pregoeiro, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, no sentido de ampliar a competição e de melhor alcançar a finalidade pública pretendida com

o presente certame.

16.6 A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pelo Pregoeiro e constará da Ata da Sessão eletrônica.

16.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via CHAT, como também registrando no Sistema BNC a nova data e horário para a sua continuidade.

16.9 Em face do horário, poderá o Pregoeiro estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da Sessão, mediante comunicação prévia via CHAT

16.10 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.11 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.12 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.13 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.14 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.15 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.16 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá

as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço: licitacao@MARAGOGI.al.gov.br e endereço eletrônico -PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS (www.portaldecompraspublicas.com.br).

16.17 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.17.1 ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar
- 16.17.2 ANEXO II - Termo de Referência
- 16.17.3 ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços
- 16.17.4 ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato
- 16.17.5 ANEXO V - Modelo de Proposta

Maragogi - AL 10 de março de 2026.

Ewerton Viltemar da Silva lima
Pregoeiro

ANEXO I

Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Processo Administrativo nº 4.290/2025

Nos termos do Inciso I, art. 18 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com a Lei Municipal nº 830/2024 e com o Decreto Municipal nº 001, de 02 de janeiro de 2025 (art. 30).

Objeto: Contratação de Empresa para fornecimento de Mobiliário em geral para a Prefeitura de Maragogi-AL e seus fundos municipais.

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AL | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

Secretaria Demandante: Secretaria Municipal de Administração - Prefeitura de Maragogi/AL

1. Introdução

O Estudo Técnico Preliminar - ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda - DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

2. Previsão no Plano de Contratações Anual

Conforme informado no Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Plano de Contratação Anual está em fase de elaboração. Recomenda-se a inserção desta contratação no PCA 2026, dada sua relevância, já autorizada pela autoridade competente.

3. Natureza do objeto

Os itens têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. Descrição da necessidade

A aquisição de mobiliários em geral visa atender à demanda municipal de Maragogi/AL e dos seus fundos, garantindo melhores condições trabalho para os servidores e para a população que frequenta os ambientes administrativos. A estruturação adequada dos ambientes de trabalho é essencial para a promoção da qualidade de trabalho.

Os mobiliários a serem adquiridos incluem cadeiras, armários, estantes e demais itens fundamentais para os ambientes da prefeitura de Maragogi, quer sejam administrativos, que sejam operacionais.

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AL | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

5. Estimativa das quantidades

A prefeitura de Maragogi possui dezenas de salas administrativas espalhadas por suas secretarias, além da sede administrativa municipal.

A definição das quantidades necessárias de mobiliário escolar foi realizada de forma estimada, considerando a ausência de relatórios detalhados e sistemáticos sobre aquisições anteriores, bem como a falta de regularidade nas substituições e manutenções desses bens. Essa lacuna documental dificulta uma gestão eficiente do patrimônio mobiliário, tornando imprescindível a elaboração de projeções estratégicas que possibilitem o planejamento contínuo das futuras contratações e reposições.

A metodologia utilizada na estimativa leva em conta o levantamento das demandas atuais dos setores, bem como projeções de crescimento e reposição com base no desgaste natural dos bens. Dessa forma, além de fornecer um embasamento sólido para a memória de cálculo do quantitativo necessário, a estimativa visa criar um sistema de monitoramento que permita à Prefeitura de Maragogi realizar um acompanhamento preciso e uma gestão eficiente dos mobiliários ao longo dos anos.

Dessa forma, a estimativa de mobiliário, para a Prefeitura de Maragogi, seus órgãos e fundos, proposta não apenas atende às necessidades imediatas dos seus espaços públicos administrativos e operacionais, mas também estabelece um modelo de gestão que otimiza a aplicação dos recursos públicos, promovendo economicidade, eficiência e planejamento estratégico na aquisição e manutenção desses bens essenciais para a administração municipal.

6. Levantamento de mercado

O levantamento de mercado tem como objetivo avaliar as alternativas disponíveis e fundamentar técnica e economicamente a escolha da solução mais adequada para a contratação de mobiliário destinado a Prefeitura de Maragogi e suas secretarias municipais. Após a definição do objeto e dos requisitos da contratação, a Equipe de Planejamento conduziu uma pesquisa que identificou os seguintes aspectos relevantes:

- Primeiramente, aquisição de mobiliário é objeto de contratações recorrentes por diversos órgãos e entidades públicas,

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

o que demonstra que a demanda é comum e não se trata de uma exigência atípica. Além disso, o Sistema de Registro de Preços (SRP) revelou-se uma alternativa viável e amplamente adotada para a aquisição desses bens, permitindo a contratação conforme a demanda e garantindo maior flexibilidade orçamentária.

- Considerando a baixa complexidade técnica do objeto, não foi necessária a realização de audiências ou consultas públicas para coletar contribuições adicionais do mercado. Ademais, a opção de locação dos mobiliários não se aplica à presente contratação, pois a aquisição definitiva dos bens é a estratégia mais apropriada para assegurar durabilidade, padronização e facilidade de manutenção.

- Embora haja a possibilidade de suprimento parcial dos materiais por meio de doações, a Equipe de Planejamento não dispõe de informações consolidadas sobre instituições doadoras, tampouco há regulamentação institucional específica que respalde essa alternativa. Em contrapartida, foi identificada a contratação de empresa especializada, com atividade econômica alinhada à fabricação e fornecimento de mobiliário de qualidade, como a solução mais apropriada para atender às necessidades identificadas.

- A análise de contratações semelhantes realizadas por outros órgãos públicos revelou que, apesar de eventuais variações na modalidade licitatória, não foram observadas inovações significativas no modelo de execução do objeto. Essa constatação, aliada à ampla oferta de fornecedores qualificados, reforça a viabilidade da aquisição por meio do SRP.

Em conformidade com o Art. 44 da Lei nº 14.133/2021, a pesquisa de mercado, juntamente com a experiência consolidada em aquisições anteriores, demonstrou que a melhor solução para a contratação de mobiliário para a Prefeitura de Maragogi/AL e seus fundos é a utilização do Sistema de Registro de Preços. Essa modalidade proporciona economicidade, eficiência e flexibilidade, permitindo à Administração atender de forma adequada e sustentável as demandas.

7. Estimativa de preços

Os custos serão estimados com base em pesquisa de preços de mercado, contratações similares e parâmetros oficiais. A estimativa será formalizada em momento oportuno conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, art. 6º, XXIII da Lei 14.133/2021 e a IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021.

8. Modalidade de contratação

A aquisição dos mobiliários será realizada por meio da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021. Essa escolha se fundamenta no fato de que os itens a serem adquiridos são bens de natureza comum, ou seja, amplamente disponíveis no mercado, com especificações objetivas e padrões técnicos previamente definidos, sem necessidade de customização ou desenvolvimento específico.

A utilização do Pregão Eletrônico favorece a ampliação da concorrência e fortalece a transparência do processo, permitindo a participação de fornecedores de diversas regiões, o que tende a resultar em condições comerciais mais vantajosas para a administração pública. Além disso, o meio eletrônico reduz custos administrativos, agiliza os procedimentos licitatórios e assegura maior igualdade entre os concorrentes, minimizando riscos de direcionamento ou restrição indevida à competição.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) traz benefícios adicionais, pois possibilita a contratação dos itens conforme a demanda, evitando compras desnecessárias e garantindo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Com isso, a administração municipal poderá requisitar os mobiliários de acordo com as necessidades reais ao longo da vigência da ata, promovendo um planejamento mais estratégico para a Prefeitura e seus fundos.

Essa abordagem visa assegurar economicidade, eficiência e transparência na aquisição dos mobiliários, garantindo o uso responsável dos recursos públicos e assegurando que servidores e população em geral tenham acesso a materiais adequados para o pleno desenvolvimento das atividades administrativas.

9. Prazo de contratação

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano da divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21. Firmando contratos para o período de fornecimento, contados da data da sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

10. Da subcontratação

Não será admitida a subcontratação.

11. Da vedação de consórcio

Já que não há complexidade e o baixo vulto da contratação, e realizado o não parcelamento do seu objeto, não se aceitará consórcio na disputa da licitação ou na contratação, de modo a permitir que mais empresas compitam individualmente entre si pela solução, aumentando o universo da disputa e a chance da obtenção de melhor proposta. Essa decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado em razão do objeto a ser licitado e ponderação dos riscos inerentes a atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto visando o atendimento do interesse público. A vedação de consórcios não trará prejuízos à competitividade do certame.

12. Da garantia contratual

A exigência de garantia contratual tem por finalidade assegurar a plena execução das obrigações assumidas pela contratada, protegendo a Administração Pública contra eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento, defeitos nos materiais fornecidos ou descumprimento das condições pactuadas.

A Lei nº 14.133/2021 permite a Administração exigir garantia de até 5% do valor contratual, salvo hipóteses específicas de maior complexidade. Considerando que o objeto desta contratação consiste no simples fornecimento de mobiliário comum – bens padronizados, amplamente disponíveis no mercado e sem complexidade técnica relevante – opta-se pela exigência de garantia contratual no percentual de **1% (um por cento) do valor global**, percentual proporcional ao baixo risco associado ao objeto.

A garantia contribuirá para:

- resguardar o erário contra eventuais falhas de entrega ou não conformidade dos itens;
- assegurar a substituição ou reposição de mobiliários defeituosos;



- promover maior segurança à execução contratual;
- atender às boas práticas de gestão e mitigação de riscos previstas na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a exigência da garantia contratual mostra-se adequada, proporcional e compatível com a natureza e o vulto da contratação.

13. Dos requisitos e documentos de habilitação

Documentos Técnicos

- Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade na execução de fornecimento, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;
- Quando não emitidos por conselho profissional competente, os atestados de capacidade técnica deverão ser emitidos por Pessoa Jurídica, de direito público ou privado, contendo todas as informações;

Documentos Jurídicos

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

Documentos fiscais e trabalhistas

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Documentos Econômico-financeiros

- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;
- O licitante que esteja em processo de recuperação judicial, deverá apresentar autorização do juízo competente para sua participação em processo licitatório. Balanço Patrimonial e demonstrativos contábeis, dos dois últimos exercícios (Lei n. 6404/76). Os balanços das Sociedades Anônimas ou por Ações, deverão ser apresentados em publicações do Diário Oficial. As demais empresas deverão apresentar balanços autenticados e arquivados na Junta Comercial do local da sede da empresa, certificados por Contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, mencionando expressamente o número do livro "Diário", com o termo de abertura e de encerramento, e as folhas em que cada balanço se acha regularmente inscrito;
- A situação financeira da licitante será avaliada através do demonstrativo de cálculo dos índices de liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), assinado por contador registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade), os quais deverão ser calculados na forma abaixo e obedecer os seguintes parâmetros: $LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo prazo}}$, maior ou igual a 1,0 $LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{passivo Circulante}}$, maior ou igual a 1,0 $ET = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Ativo total}}$, menor ou igual a 1,0;

14. Prazo, locais e forma de entrega

As entregas deverão ser realizadas de forma parcelada, sem quantidade mínima, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, após

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

o recebimento da Ordem de Fornecimento.

O transporte, entrega e montagem dos mobiliários são de responsabilidade da CONTRATADA.

Os objetos deverão ser entregues conforme quantitativos, especificações e endereços conforme ordem de fornecimento.

15. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação

A contratação será realizada de forma parcelada, com julgamento por item, em conformidade com o art. 40, inciso V, "b", da Lei Federal nº 14.133/2021, onde positiva que as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o §2º do aludido artigo, estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

O objeto – fornecimento de mobiliário em geral – possui ampla diversidade de itens, cada qual com características técnicas, materiais, dimensões e aplicações distintas. Assim, a divisão do objeto em itens é medida necessária para garantir a maior competitividade e permitir que fornecedores especializados possam participar apenas dos itens em que possuem capacidade técnica.

Além disso, o parcelamento possibilita:

A melhoria da gestão orçamentária, distribuindo os impactos financeiros ao longo da vigência da ata de registro de preços e dos diferentes exercícios fiscais, respeitando as dotações orçamentárias específicas dos fundos setoriais (como Saúde, Assistência Social e outros);

O atendimento progressivo da demanda, uma vez que o consumo dos itens ocorrerá de forma gradual, de acordo com as necessidades da administração;

A ampliação da competitividade, permitindo que fornecedores especializados em tipos específicos de mobiliário possam participar da licitação, evitando a concentração do fornecimento em um único fornecedor;

A vantajosidade econômica, possibilitando que a Administração selecione a melhor proposta para cada item, conforme previsto no art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, o fracionamento da licitação por itens favorece o controle e a fiscalização contratual, uma vez que permite maior rastreabilidade e acompanhamento individualizado das entregas, o que contribui para a boa execução do contrato e o cumprimento das condições pactuadas.

Assim, a contratação parcelada, com julgamento por item, revela-se técnica e juridicamente adequada, atendendo ao interesse público, à eficiência administrativa e à economicidade, nos moldes da legislação vigente.

16. Contratações correlatas ou interdependentes

As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si; já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração. Portanto, após verificação do objeto a ser contratado, observou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

17. Providências previamente à celebração do contrato

A operacionalização da contratação dos objetos estudados requer as alterações e adequações abaixo descritas no ambiente do órgão:

- Adequar os ambientes (se for o caso) que irão receber os itens;
- Designar fiscal para recebimento e conferência quanto ao descritivo e quantitativo dos itens a serem entregues;
- Destinar, se necessário, locais de acondicionamento correto dos itens até que sejam devidamente cadastrados no sistema de patrimônio (se for o caso) e distribuídos de forma a atender aos setores referentes à cada item;
- Deverá ser certificado que o espaço comporta os itens a serem contratados de forma que, o layout fique confortável para os usuários e proporcione também um espaço agradável;
- Deve-se verificar se as dimensões dos objetos e os acessos (portas, vãos) disponíveis para passagem durante a entrega estão em acordo;

- Deverá ser preparado espaço adequado para recebimento e avaliação dos itens, antes da sua instalação/montagem final nos espaços;
- Realização das próximas etapas para abertura do processo licitatório.
- O gestor e fiscal dos contratos devem ter ciência do que aborda o Decreto Municipal nº 001/2025, que aborda sobre as obrigações dos gestores e dos fiscais dos contratos e disciplina os procedimentos para fiscalização dos contratos administrativos.

Assim, em cumprimento ao que determina o Decreto Municipal, o órgão gerenciador indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato:

Fiscal de Contrato: Samara Kelly da Silva, Portaria nº 059/2025.

Gestor de Contrato: Humberto Carneiro da Silva, Portaria nº 45/2025.

18. Do gerenciamento de riscos (riscos identificados e medidas mitigadoras)

O mapeamento de riscos na aquisição de mobiliários para o Município de Maragogi/AL tem como objetivo identificar e mitigar possíveis adversidades que possam comprometer a execução do contrato e a eficiência na entrega dos bens.

- Um dos principais riscos operacionais envolve a qualidade dos mobiliários a serem adquiridos. Existe a possibilidade de o fornecedor entregar itens com defeitos ou que não estejam em conformidade com as especificações técnicas exigidas.

Para prevenir esse problema, serão realizadas a inclusão de cláusulas contratuais que garantam a substituição imediata ou a reposição dos itens sem custos adicionais para o Município.

- A possibilidade de entrega de quantidades inadequadas dos mobiliários também é um risco que merece atenção, pois pode resultar na falta de itens essenciais para o funcionamento adequado dos ambientes de trabalho.

Para evitar essa situação, será realizado um acompanhamento detalhado das demandas de cada setor requisitante, permitindo ajustes contratuais conforme a variação na necessidade. O fornecedor será notificado para corrigir eventuais discrepâncias, garantindo que todos os setores recebam os materiais necessários.

- Do ponto de vista financeiro, o risco de superfaturamento é uma preocupação relevante.

Para contornar esse problema, a Prefeitura conduzirá uma pesquisa detalhada de mercado, comparando cotações de diversos fornecedores e estabelecendo valores baseados em uma média justa do setor. Além disso, será exigida a comprovação da regularidade fiscal e financeira da empresa vencedora, assegurando sua capacidade para cumprir com as obrigações contratuais.

- No âmbito logístico, problemas relacionados ao transporte e à distribuição dos mobiliários podem afetar a entrega correta e dentro dos prazos estipulados.

Para minimizar esse risco, o contrato estabelecerá procedimentos claros para a logística, incluindo definição de pontos de distribuição, prazos de entrega e um plano detalhado de transporte. A Secretaria Municipal de Administração acompanhará esse processo, garantindo que os materiais cheguem aos locais de entrega em perfeitas condições e conforme o cronograma.

- Por fim, do ponto de vista legal, é essencial assegurar a conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

O processo licitatório será conduzido com total transparência e o acompanhamento da assessoria jurídica da Prefeitura, a fim de evitar impugnações ou contestações que possam atrasar a execução do contrato.

Com a implementação dessas estratégias de mitigação, busca-se garantir a eficiência, a segurança e a regularidade na aquisição dos mobiliários, assegurando que os materiais sejam entregues conforme os padrões exigidos e dentro dos prazos estabelecidos para atender às necessidades dos setores administrativos municipais de Maragogi/AL.

19. Descrição da solução como um todo

De acordo com os requisitos estabelecidos, a solução apresentada consiste na utilização do sistema de registro de preços para contratar uma empresa especializada no fornecimento de mobiliários para a Prefeitura de Maragogi e seus fundos municipais. Considerando a demanda variável para esse objeto, optou-se por esse modelo, que possibilita a contratação conforme as

necessidades identificadas.

A subcontratação, total ou parcial, não será permitida; tampouco há necessidade de transição contratual neste processo.

Os prazos para o recebimento provisório e definitivo dos materiais, bem como os critérios para pagamento, serão detalhados no Termo de Referência. As especificações dos materiais incorporarão critérios de sustentabilidade, assegurando que atendam a requisitos técnicos sustentáveis.

Considerando a natureza do objeto, trata-se de materiais comuns, conforme o Parágrafo Único do art. 6º, inciso XIII, e o art. 20 da Lei nº 14.133/2021, já que as especificações obedecem a padrões de desempenho e qualidade amplamente reconhecidos. Ressalta-se que o objeto não é classificado como bem de luxo nem possui caráter continuado.

Os critérios para o julgamento das propostas e os requisitos para qualificação técnica serão definidos no Termo de Referência, conforme os pontos abordados neste Estudo. As exigências referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, bem como os critérios para a qualificação econômico-financeira, seguirão a legislação vigente e constarão no Edital.

Os materiais a serem adquiridos deverão ser novos, conforme as especificações delineadas nos instrumentos de planejamento (ETP e TR). Os interessados deverão comprovar sua atuação no segmento relacionado ao objeto da licitação e apresentar toda a documentação exigida para habilitação, conforme o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

20. Resultados pretendidos

Com a aquisição do mobiliário para a Prefeitura de Maragogi e seus fundos, espera-se alcançar uma série de benefícios que contribuirão significativamente para a melhoria da infraestrutura do município. Essa iniciativa visa proporcionar um ambiente mais adequado para servidores e munícipes, refletindo diretamente na qualidade do serviço público ofertado.

A renovação e estruturação dos ambientes administrativos com mobiliário apropriado garantirão um ambiente mais confortável, seguro e funcional. A adequação dos espaços favorece a eficiência do serviço, promovendo maior concentração e bem-estar dos

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

usuários, além de facilitar o trabalho dos servidores.

A aquisição planejada dos mobiliários também resultará em maior eficiência na gestão dos recursos públicos. Esse princípio está em conformidade com as determinações da Lei nº 14.133/2021, que estabelece diretrizes para contratações públicas eficientes e sustentáveis.

Outro benefício relevante é a sustentabilidade e durabilidade dos mobiliários escolhidos. A utilização de materiais resistentes e de qualidade garantirá maior vida útil aos bens adquiridos, reduzindo custos com manutenção e reposição, além de promover práticas sustentáveis na administração.

Por fim, a aquisição planejada permitirá que as necessidades específicas de cada espaço público sejam atendidas de maneira eficaz. Isso assegurará uma estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades administrativas, fortalecendo o compromisso da administração municipal com os serviços públicos. Dessa forma, servidores e usuários contarão com ambientes que favoreçam a eficiência dos serviços e contribua para o desenvolvimento municipal.

21. Possíveis impactos ambientais

Não vislumbramos danos ambientais diretos pois a contratação pretendida é aquisição de móveis e aparelhos comuns, com padrão de utilização e segurança bem definidos pelos órgãos de fiscalização ambiental e indústria nacional.

22. Critérios de sustentabilidade e boas práticas

A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem que utilizem materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Consoante com o Art. 5º da IN SLTI/MPOG Nº 01/2010: Buscando o alinhamento com as diretrizes de sustentabilidade ambiental, estabelecidas para as aquisições realizadas pela Administração Pública, o mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados deve

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentáveis.

Como requisito para esta aquisição, as empresas participantes deverão observar as exigências pertinentes a cada item desta licitação, a saber, aquelas com previsão em legislação, normas ou resoluções correlatas. Ressaltamos a tentativa de minimizar os impactos ambientais na produção e aquisição dos itens, conforme as exigências das certidões.

23. Previsão orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista nos orçamentos dos fundos municipais da Prefeitura de Maragogi.

24. Viabilidade da contratação

Esta análise técnica preliminar exerce um papel essencial na definição das especificações detalhadas necessárias para a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de mobiliário. Seu principal objetivo é atender de forma precisa às necessidades da Prefeitura de Maragogi e seus fundos.

Da mesma forma, esta documentação tem como propósito fundamental estabelecer uma base sólida para o processo licitatório e a seleção da empresa fornecedora, garantindo que a aquisição dos mobiliários seja conduzida de maneira criteriosa e alinhada às demandas educacionais.

Por meio da identificação e descrição detalhada dos requisitos técnicos, o Estudo Técnico Preliminar busca assegurar que todos os envolvidos tenham uma compreensão clara e uniforme dos padrões de qualidade, quantidades, prazos e demais aspectos essenciais do contrato de fornecimento.

Além disso, esta análise tem os seguintes objetivos: garantir a transparência e a imparcialidade no processo de seleção, prevenindo ambiguidades e favorecimentos indevidos; fomentar a concorrência justa entre as empresas participantes, assegurando que todas tenham acesso às mesmas especificações técnicas; minimizar o risco de inconsistências no fornecimento dos mobiliários, reduzindo eventuais insatisfações da Secretaria Municipal de Administração; e, por fim, facilitar a avaliação das propostas apresentadas na licitação, uma vez que as especificações

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

técnicas servirão como base objetiva para a seleção da melhor oferta.

Em síntese, este Estudo Técnico Preliminar desempenha um papel estratégico na garantia da eficiência, transparência e qualidade do processo de contratação da empresa fornecedora de mobiliário, assegurando que a licitação seja conduzida de forma justa e eficaz, em benefício da Prefeitura Municipal de Maragogi/AL.

Por fim, a análise aqui apresentada demonstra que a contratação da solução proposta é tecnicamente viável e devidamente fundamentada. Considerando seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, declara-se a viabilidade da contratação pretendida.

25. Conclusão

Após a análise técnica realizada, conclui-se que a contratação de empresa especializada para o fornecimento de mobiliário em geral é medida necessária e adequada para atender às demandas administrativas da Prefeitura de Maragogi/AL e seus fundos municipais. A renovação e padronização dos espaços físicos contribuirão para a melhoria das condições de trabalho dos servidores, otimização dos ambientes institucionais e maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

A contratação, a ser realizada por meio de pregão eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, revela-se a forma mais vantajosa para a Administração, permitindo aquisições conforme demanda, redução de custos, maior competitividade e flexibilidade orçamentária, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, restam demonstradas a viabilidade técnica, a vantajosidade econômica e a necessidade administrativa da contratação, motivo pelo qual recomenda-se o prosseguimento das etapas subsequentes do processo licitatório.

Maragogi/AL, 11 de dezembro de 2025.

HUMBERTO CARNEIRO DA SILVA
PORTARIA N° 45/2025

TERMO DE CIÊNCIA DE INDICAÇÃO DE SERVIDOR

Os signatários abaixo, pelo presente termo, **DECLARAM QUE:**

- Estão cientes da indicação e designação do gestor da secretaria de origem, para atuar junto a equipe da Diretoria Especial de Licitações e Contratos na elaboração dos artefatos da contratação;
- Comprometo-me a cumprir as atribuições declinadas no Decreto Municipal nº001/2025;
- Estão cientes da indicação e designação para atuar como fiscal do futuro contrato, cumprindo com as determinações postas no ETP, TR e contrato vinculado.
- Estou ciente de que minha substituição poderá ser realizada pela autoridade competente, por razões de conveniência ou interesse público, mediante apostilamento ao contrato.

Maragogi/AL, 11 de dezembro de 2025.

HUMBERTO CARNEIRO DA SILVA
PORTARIA N° 45/2025

GESTOR DO CONTRATO

SAMARA KELLY DA SILVA
PORTARIA N° 059/2025

FISCAL DO CONTRATO

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	ARMÁRIO ALTO, DUAS PORTAS, COM TAMPO E CORPO DO ARMÁRIO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 800X500X1600MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS PORTAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL.	UNIDADE	150

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

2	ARMÁRIO BAIXO, DUAS PORTAS, COM TAMPO E CORPO DO ARMÁRIO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 800X500X740MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS PORTAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL.	UNIDADE	150
3	ARMÁRIO DE AÇO, 2 PORTAS, MIN (A X L X P) 1980 X 900 X 450 MM, C/ CHAVE E MAÇANETA, 5 PRATELEIRAS REGULÁVEIS. COR CINZA CRISTAL E ACABAMENTO TEXTURIZADO.	UNIDADE	300
4	ARMÁRIO EXTRA ALTO, DUAS PORTAS, COM TAMPO E CORPO DO ARMÁRIO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 800X500X2100MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS PORTAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL.	UNIDADE	100
5	ARMÁRIO ROUPEIRO DE AÇO, TIPO GUARDA VOLUMES COM 12 PORTAS - DEVERÁ CONTER 12 (DOZE) COMPARTIMENTOS COM PORTA, SENDO QUE CADA PORTA DEVERÁ CONTER 02 (DUAS) DOBRADIÇAS INTERNAS. FECHADURA DE TAMBOR CILÍNDRICO, MÍNIMO DE UMA DUPLICATA DAS CHAVES. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 1900MM, LARGURA: 925MM, PROFUNDIDADE: 420MM.	UNIDADE	100
6	ARQUIVO PARA PASTAS SUSPENSAS EM CHAPA DE AÇO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 470X600X1330MM (LXPXH). O ARMÁRIO DEVERÁ CONTER 4 (QUATRO) GAVETAS, CORREDIÇAS TELESCÓPICAS E DESLIZAMENTO EM ROLDANAS QUE PERMITE A SUA ABERTURA TOTAL E TRAVA QUE EVITA A QUEDA DA GAVETA. FECHADURA COM 2 CHAVES COM FECHAMENTO SIMULTÂNEO DAS GAVETAS. AS PORTAS DEVERÃO CONTER PUXADORES HORIZONTAIS E PORTAS ETIQUETA. NA COR CINZA CRISTAL E ACABAMENTO TEXTURIZADO.	UNIDADE	500
7	CADEIRA DE APROXIMAÇÃO FIXA, ENCONSTO EM TELA HYTREL, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UNIDADE	100
8	CADEIRA DE DIÁLOGO FIXA 4 PÉS, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UNIDADE	500
9	CADEIRA DE DIÁLOGO FIXA APROXIMAÇÃO, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UNIDADE	100
10	CADEIRA DE TREINAMENTO COM PRANCHETA REBATÍVEL ESCAMOTEÁVEL, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UNIDADE	500
11	CADEIRA GIRATÓRIA EXECUTIVA TELA DE POLIÉSTER, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	UNIDADE	150



12	<p>CADEIRA GIRATÓRIA OPERACIONAL COM BRAÇOS REGULÁVEIS, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ESPALDAR MÉDIO, GIRO DE 360 GRAUS DO ASSENTO/ENCOSTO, ALTURA DOS BRAÇOS, ALTURA E INCLINAÇÃO DO ASSENTO E ENCOSTO DE MANEIRA INDEPENDENTE. ENCOSTO ESTRUTURADO EM CHASSI DE POLIPROPILENO INJETADO COM ALETAS DE REFORÇOS ESTRUTURAIS, ESTOFAMENTO EM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO INJETADA MOLDADA COM ESPESSURA MÉDIA PREDOMINANTE DE, NO MÍNIMO, 40 MM. LARGURA MÍNIMA DO ENCOSTO DE 450 MM, EXTENSÃO VERTICAL MÍNIMA DO ENCOSTO DE 410 MM, AJUSTE DE ALTURA DO ENCOSTO EM NO MÍNIMO 5 PONTOS, COM CURSO VERTICAL MÍNIMO DE AJUSTE DE 60 MM. FAIXA DE INCLINAÇÃO MÍNIMA DO ENCOSTO: 25 GRAUS. ASSENTO ESTRUTURADO EM CHASSI DE POLIPROPILENO INJETADO COM ALETAS DE REFORÇOS ESTRUTURAIS OU EM COMPENSADO MULTILAMINADO ANATÔMICO DE ESPESSURA MÍNIMA DE 12 MM, ESTOFAMENTO EM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO INJETADA MOLDADA COM 40 MM DE ESPESSURA MÍNIMA MÉDIA PREDOMINANTE, COM CONTRACAPA PARA O ASSENTO INJETADA EM POLIPROPILENO QUE PROTEJA TODO O CONTRA ASSENTO E BORDOS. ASSENTO COM LARGURA E PROFUNDIDADE DE SUPERFÍCIE MÍNIMAS DE 460 MM. REVESTIMENTO DO ASSENTO E DO ENCOSTO EM TECIDO 100% POLIÉSTER NA COR PRETA. COLUNA PARA AJUSTE DE ALTURA E GIRO DE 360° DO ASSENTO A GÁS. APOIA BRAÇOS ERGONÔMICO E ANATÔMICO, INJETADO EM POLIPROPILENO, COM DIMENSÕES NOMINAIS MÍNIMAS DE 250 MM DE COMPRIMENTO POR 80 MM DE LARGURA, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.</p>	UNIDADE	300
13	<p>CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE TELA ESPALDAR ALTO. BRAÇO COM REGULAGEM DE ALTURA, TOTALMENTE INJETADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA. ASSENTO COM ESPUMA INJETA EM POLIURETANO COM ESPESSURA DE 35MM, POSSUI CONTRA CAPA EM POLIPROPILENO. BRAÇO COM REGULAGEM DE ALTURA, TOTALMENTE INJETADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA. MECANISMO ERGONÔMICO DE CONTATO PERMANENTE, PERMITE A INCLINAÇÃO DO ENCOSTO PARA MELHOR ADEQUAR AO BIOTÍPO DO USUÁRIO COM TRAVAMENTO EM QUALQUER PONTO, PERMITE AINDA A REGULAGEM DE ALTURA DESTA ENCOSTO. RODÍZIOS COM DUPLO GIRO, EM NYLON, IDEAL PARA PISO CARPETE. COR PRETA, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.</p>	UNIDADE	30
14	<p>CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE TELA ESPALDAR ALTO COM APOIO DE CABEÇA. BRAÇO COM REGULAGEM DE ALTURA, TOTALMENTE INJETADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA. ASSENTO COM ESPUMA INJETA EM POLIURETANO COM ESPESSURA DE 35MM, POSSUI CONTRA CAPA EM POLIPROPILENO. BRAÇO COM REGULAGEM DE ALTURA, TOTALMENTE INJETADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA. MECANISMO ERGONÔMICO DE CONTATO PERMANENTE, PERMITE A INCLINAÇÃO DO ENCOSTO PARA MELHOR ADEQUAR AO BIOTÍPO DO USUÁRIO COM TRAVAMENTO EM QUALQUER PONTO, PERMITE AINDA A REGULAGEM DE ALTURA DESTA ENCOSTO. RODÍZIOS COM DUPLO GIRO, EM NYLON, IDEAL PARA PISO CARPETE. COR PRETA.</p>	UNIDADE	20
15	<p>CONJUNTO PLATAFORMA 02 LUGARES (TIPO ILHA), MEDINDO APROXIMADAMENTE 1200X1400X740MM (LXPXH). EM MDP, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO</p>	UNIDADE	20

	MINISTÉRIO DO TRABALHO.		
16	ESTANTE DE AÇO CONTENDO 06 PRATELEIRAS, DIMENSÕES, 1980 X 920 X 300MM (A X L X P), COM CAPACIDADE PARA ATÉ 200KG.	UNIDADE	500
17	GAVETEIRO FIXO COM 2 GAVETAS. TAMPO E CORPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 400X440X257MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS GAVETAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL.	UNIDADE	500
18	GAVETEIRO VOLANTE COM 2 GAVETÕES. TAMPO E CORPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 400X470X648MM (LXPXH). TRAVAMENTO DOS GAVETÕES COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL. RODAS COM DUPLO RODÍZIO COM CORPOS E RODAS INJETADAS EM TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA.	UNIDADE	200
19	GAVETEIRO VOLANTE COM 3 GAVETAS. TAMPO E CORPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 400X470X617MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS GAVETAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL. RODAS COM DUPLO RODÍZIO COM CORPOS E RODAS INJETADAS EM TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA.	UNIDADE	200
20	LONGARINA 02 LUGARES ESTOFADA. COM ASSENTO E ENCOSTO EM CONCHA ESTOFADA. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	UNIDADE	100
21	LONGARINA 02 LUGARES ESTOFADA COM BRAÇO. COM ASSENTO E ENCOSTO EM CONCHA ESTOFADA. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	UNIDADE	100
22	LONGARINA 03 LUGARES ESTOFADA. COM ASSENTO E ENCOSTO EM CONCHA ESTOFADA. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	UNIDADE	100
23	LONGARINA 03 LUGARES ESTOFADA COM BRAÇO. COM ASSENTO E ENCOSTO EM CONCHA ESTOFADA. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	UNIDADE	100
24	LONGARINA 02 LUGARES POLIPROPILENO INJETADO. COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	UNIDADE	100
25	LONGARINA 02 LUGARES POLIPROPILENO INJETADO COM BRAÇO. COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	UNIDADE	100
26	LONGARINA 03 LUGARES POLIPROPILENO INJETADO. COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	UNIDADE	100
27	LONGARINA 03 LUGARES POLIPROPILENO INJETADO COM BRAÇO. COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	UNIDADE	100
28	MESA DE REUNIÃO COM TAMPO OVAL EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2700X1100X740MM (LXPXH).	UNIDADE	20
29	MESA DE REUNIÃO COM TAMPO RETANGULAR EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2500X1100X740MM (LXPXH).	UNIDADE	20
30	MESA DE TRABALHO ANGULAR EM "L" COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1200X600X1200X600X740MM.	UNIDADE	40

31	MESA DE TRABALHO ANGULAR EM "L" COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1350X600X1350X600X740MM.	UNIDADE	20
32	MESA DE TRABALHO ANGULAR EM "L" COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1600X600X1350X600X740MM.	UNIDADE	20
33	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1200X600X740MM (LXPXH).	UNIDADE	500
34	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1350X600X740MM (LXPXH).	UNIDADE	500
35	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1800X600X740MM (LXPXH).	UNIDADE	150
36	MESA DIRETOR RETA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2100X800X740MM (LXPXH).	UNIDADE	20
37	MESA DIRETORIA RETA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1800X1800X740MM (LXPXH).	UNIDADE	10
38	MESA PARA REUNIAO FORMATO REDONDO, TAMPO E CORPO DO ARMÁRIO EM MADEIRA MDF OU MDP, DIMENSOES 120CM (DIAMETRO) X 74CM (ALTURA).	UNIDADE	50
39	SOFÁ DE ESPERA 01 LUGAR	UNIDADE	10
40	SOFÁ DE ESPERA 02 LUGARES	UNIDADE	10
41	SOFÁ DE ESPERA 03 LUGARES	UNIDADE	10



Anexo II

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Processo Administrativo nº 4.290/2025

Nos termos do Inciso XXIII, art. 6º da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com a Lei Municipal nº 830/2024 e com Decreto Municipal nº 001, de 02 de janeiro de 2025 (art.40).

O presente Termo de Referência, é documento constitutivo da segunda etapa do planejamento da contratação, que contempla os elementos necessários e suficientes, para caracterizar o objeto da licitação ou contratação direta de bens ou serviços.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de mobiliário em geral para a Prefeitura de Maragogi-AL e seus fundos municipais, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Órgão Requiritante: Secretaria Municipal de Administração - Prefeitura de Maragogi/AL.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por finalidade suprir a necessidade de aquisição de mobiliários em geral para atender às demandas da Prefeitura de Maragogi/AL e de seus fundos municipais, considerando o aumento contínuo das necessidades estruturais dos setores administrativos e operacionais. A modernização e a reposição de móveis são essenciais para garantir condições adequadas de trabalho aos servidores e promover atendimento eficiente e digno à população usuária dos serviços públicos.

Diversas unidades administrativas encontram-se com mobiliário desgastado, inadequado, insuficiente ou fora dos padrões ergonômicos recomendados, o que compromete a organização dos ambientes, a segurança, a durabilidade e o desempenho das atividades institucionais. A padronização dos ambientes, associada à renovação e ampliação do mobiliário, contribui diretamente para a produtividade, eficiência administrativa e melhoria do ambiente laboral, em consonância com os princípios da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AL | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

e com os princípios do planejamento, eficiência e atendimento ao interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ademais, a aquisição é necessária para atender a demandas permanentes e eventuais, decorrentes de:

criação, ampliação ou reorganização de setores públicos;

substituição de mobiliários danificados ou obsoletos;

melhoria das condições de ergonomia e acessibilidade;

atendimento às necessidades estruturais dos fundos municipais.

A adoção de mobiliário padronizado e tecnicamente adequado colabora para a uniformidade estética e funcional dos espaços administrativos, reduzindo custos de manutenção, aumentando a vida útil dos bens e promovendo a segurança e o conforto de servidores e usuários. Assim, a contratação de empresa especializada para o fornecimento de mobiliário em geral revela-se medida indispensável para assegurar a adequada prestação dos serviços públicos, atendendo às necessidades identificadas no planejamento e suportando a expansão e a melhoria contínua da estrutura administrativa municipal.

2. OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mobiliário em geral, de forma parcelada, conforme demanda das unidades da Administração Municipal, mediante Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços (SRP), de acordo com as especificações técnicas e quantitativos mínimos estimados deste Termo de Referência.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, pela Lei Municipal nº 830/2024, e pelo Decreto Municipal nº 001/2025, bem como outras normas correlatas.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Conforme explanado no Estudo Técnico Preliminar, de acordo com os requisitos estabelecidos, a solução apresentada consiste na utilização do sistema de registro de preços para contratar uma empresa especializada no fornecimento de mobiliários para a Prefeitura de Maragogi e seus fundos municipais. Considerando a demanda variável para esse objeto, optou-se por esse modelo, que possibilita a contratação conforme as necessidades identificadas.

A subcontratação, total ou parcial, não será permitida; tampouco há necessidade de transição contratual neste processo.

Os prazos para o recebimento provisório e definitivo dos materiais, bem como os critérios para pagamento, serão detalhados no Termo de Referência. As especificações dos materiais incorporarão critérios de sustentabilidade, assegurando que atendam a requisitos técnicos sustentáveis.

Considerando a natureza do objeto, trata-se de materiais comuns, conforme o Parágrafo Único do art. 6º, inciso XIII, e o art. 20 da Lei nº 14.133/2021, já que as especificações obedecem a padrões de desempenho e qualidade amplamente reconhecidos. Ressalta-se que o objeto não é classificado como bem de luxo nem possui caráter continuado.

Os critérios para o julgamento das propostas e os requisitos para qualificação técnica serão definidos no Termo de Referência, conforme os pontos abordados neste Estudo. As exigências referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, bem como os critérios para a qualificação econômico-financeira, seguirão a legislação vigente e constarão no Edital.

Os materiais a serem adquiridos deverão ser novos, conforme as especificações delineadas nos instrumentos de planejamento (ETP e TR). Os interessados deverão comprovar sua atuação no segmento relacionado ao objeto da licitação e apresentar toda a documentação exigida para habilitação, conforme o art. 62 da Lei nº 14.133/2021.

5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVOS MÍNIMOS ESTIMADOS PODENDO SER NECESSÁRIO ACRÉSCIMOS CONFORME DEMANDA ADMINISTRATIVA.

As informações contam em anexo ao ETP e a este Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

Sustentabilidade:

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:
- A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

ambientais.

- Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem que utilizem materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

- Consoante com o Art. 5º da IN SLTI/MPOG Nº 01/2010: Buscando o alinhamento com as diretrizes de sustentabilidade ambiental, estabelecidas para as aquisições realizadas pela Administração Pública, o mobiliário fabricado com madeira ou seus derivados deve observar os critérios da rastreabilidade e da origem dos insumos de madeira a partir de fontes de manejo sustentáveis.

- Como requisito para esta aquisição, as empresas participantes deverão observar as exigências pertinentes a cada item desta licitação, a saber, aquelas com previsão em legislação, normas ou resoluções correlatas. Ressaltamos a tentativa de minimizar os impactos ambientais na produção e aquisição dos itens, conforme as exigências das certidões.

- Exigência de Catálogo: A fim de assegurar a compatibilidade dos produtos ofertados com as especificações técnicas constantes no edital, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo 2 horas após solicitação do pregoeiro, o catálogo técnico dos produtos ofertados, a não apresentação do catálogo técnico ou a apresentação de documento em desacordo com as especificações do edital implicará na desclassificação imediata do licitante, com a convocação do proponente subsequente, observando-se a ordem de classificação.

Subcontratação:

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação:

Será exigida garantia contratual de 1% (um por cento) do valor global.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O fornecimento será realizado de forma parcelada, mediante requisições formais das unidades administrativas, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e/ou contrato, observadas as condições estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

Condições de entrega:

O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados do efetivo recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa parcelada.

Os bens deverão ser entregues nos endereços indicados na ordem de fornecimento, dentro do território do município de Maragogi/AL.

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AL | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão do contrato será feita pela Secretaria Municipal de Administração, por meio dos servidores designados:

Gestor: Humberto Carneiro da Silva - Portaria n° 45/2025.

Fiscal: Samara Kelly da Silva - Portaria n° 059/2025.

As atividades seguirão as orientações do Decreto Municipal n° 001/2025.

Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

À FISCALIZAÇÃO caberá o direito de rejeitar quaisquer itens que não satisfaçam os padrões especificados ou os critérios de qualidade requisitados, bem como de exigir sua pronta e imediata substituição por outros que os atendam, sem que caiba à CONTRATADA qualquer tipo de reclamação ou indenização.

Cabe à CONTRATADA atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto, inerentes ao objeto do Contrato, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da CONTRATADA, que é total e irrestrita com relação aos serviços contratados, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do Contrato.

A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada por meio de Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos dos arts. 6º, inciso XLI, 28, inciso I, e 82 a 86 da Lei n° 14.133/2021.

A escolha do Pregão Eletrônico justifica-se pelo fato de o objeto da contratação - fornecimento de mobiliário em geral - caracterizar-se como bem comum, cujas especificações são padronizadas, amplamente conhecidas no mercado e passíveis de avaliação objetiva, permitindo julgamento pelo critério do menor preço, em conformidade com a legislação vigente.

A utilização do meio eletrônico amplia a competitividade do certame, assegura maior transparência, impessoalidade e isonomia entre os licitantes, além de facilitar o acesso de fornecedores de diferentes localidades, contribuindo para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada diante da natureza contínua e recorrente da demanda, bem como da necessidade de fornecimento parcelado ao longo da vigência da contratação. O SRP possibilita que a Administração realize aquisições conforme a efetiva necessidade das unidades administrativas, sem obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade do quantitativo estimado, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e vantajosidade, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a forma e os critérios de seleção do fornecedor definidos neste Termo de Referência mostram-se plenamente compatíveis com o objeto da contratação, com o Estudo Técnico Preliminar e com as diretrizes legais aplicáveis, garantindo segurança jurídica, competitividade e adequada execução do fornecimento.

A habilitação exigirá documentação fiscal, jurídica e técnica, além de proposta conforme este Termo.

Habilitação jurídica:

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio correspondente;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual

será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei Federal n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971;

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

1.1.1.9. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a

partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira:

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Comprovar capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Deverá ser apresentada a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica:

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10. ESTIMATIVA DO VALOR

A estimativa de custos foi apurada por meio de pesquisa de preços no mercado, utilizando-se dados de contratações similares, painéis de preços oficiais e cotações formais. Conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, art. 6º, XXIII da Lei 14.133/2021 e a IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, a estimativa encontra-se formalizada no processo através da cesta de preços.

De forma resumida, a estimativa de valor encontra-se anexa a este Termo de Referência.

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



O valor global estimado é de R\$ 3.481.986,00 (três milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, novecentos e oitenta e seis reais).

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerando que a contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), a indicação da dotação orçamentária específica resta dispensada nesta fase, nos termos do art. 82, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

No SRP, a licitação tem por finalidade o registro formal de preços para futuras e eventuais contratações, não implicando, por si só, a imediata assunção de obrigação de despesa, uma vez que as contratações somente se materializam quando da emissão das ordens de fornecimento e da formalização dos contratos ou instrumentos equivalentes.

Dessa forma, a dotação orçamentária será devidamente indicada e comprovada no momento da contratação específica, observadas as disponibilidades orçamentárias das unidades requisitantes e as disposições da legislação financeira e orçamentária vigente.

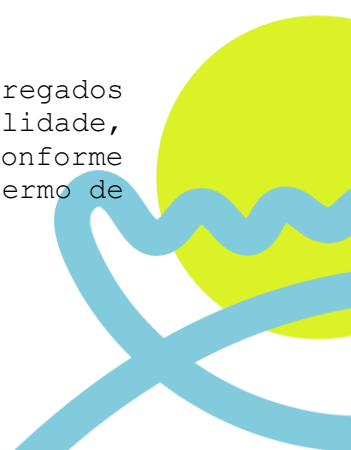
12. DAS OBRIGAÇÕES

Da contratada:

- a) Fornecer os produtos nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.
- b) Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.
- c) Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.
- d) Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto, quando cabível, no prazo máximo de 5(cinco) dias úteis.
- e) Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais.
- f) Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, quando cabível, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



g) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

h) Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

i) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

j) Responsabilizar-se por danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da entrega ou por seu empregado ou preposto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização.

k) Executar a entrega do objeto deste Termo de Referência em conformidade com os parâmetros delineados em propostas apresentadas e com os rigores previsíveis em normas de regência e segurança.

l) Manter à frente pessoa qualificada para representá-la junto à fiscalização.

m) Proceder à substituição do pessoal, quando necessário, que por qualquer motivo fique impossibilitado de realizar a entrega.

n) Cientificar o MUNICÍPIO do andamento da entrega, quando for o caso.

o) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento das obrigações;

p) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Da contratante:

a) Acompanhar, fiscalizar e atestar nas notas fiscais/faturas a efetivo entrega do objeto deste Termo de Referência.

b) Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

estiverem em desacordo com a especificação da proposta de preços da CONTRATADA.

c) Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.

d) Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

e) Conceder prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

g) Paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução da entrega, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo do que foi executado.

h) Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

i) Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

j) Permitir o acesso do pessoal do contratado ao local de execução da entrega.

k) Efetuar o pagamento na forma e prazo previsto neste Termo de Referência.

l) Comunicar o licitante contratado qualquer modificação que ocorrer, como a quantidade a ser entregue ou eventual mudança de endereço (de entrega e/ou de instalação do objeto).

m) Promover a fiscalização e conferência dos bens entregues pelo contratado e atestar os documentos fiscais pertinentes, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou desfazer qualquer procedimento que não esteja de acordo com os termos deste Termo de Referência.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de inexecução total ou parcial, a contratada estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil e penal cabível.

14. ANÁLISE DE RISCOS

A presente análise de riscos foi elaborada em conformidade com o

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como alinhada ao mapeamento descrito no item 18 do Estudo Técnico Preliminar - ETP, com o objetivo de identificar, avaliar e mitigar eventuais adversidades que possam comprometer a adequada execução do contrato de fornecimento de mobiliário.

A seguir, apresentam-se os riscos identificados, classificados quanto à probabilidade e impacto, acompanhados das respectivas medidas mitigadoras:

1. Risco: Entrega de mobiliários com defeitos ou em desacordo com as especificações técnicas

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Medidas mitigadoras:

- Inserção de cláusulas contratuais exigindo reposição ou substituição imediata, sem ônus ao Município, conforme previsto no ETP.
- Conferência rigorosa dos itens recebidos pela fiscalização designada, comparando-se com as especificações do edital e catálogos apresentados.
- Previsão de garantia contratual de 1% do valor global para resguardar o erário contra itens defeituosos, conforme justificativa constante do ETP

2. Risco: Entrega de quantidades inferiores ou superiores às solicitadas

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Medidas mitigadoras:

- Acompanhamento contínuo das demandas dos setores requisitantes, evitando divergências e permitindo ajustes conforme necessidade real.
- Conferência item a item no ato do recebimento provisório.
- Notificação formal à contratada para correção imediata de eventuais inconsistências, conforme orientado no ETP

3. Risco: Superfaturamento ou preços incompatíveis com o mercado

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Medidas mitigadoras:

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000

CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

- Realização de pesquisa de preços amplamente fundamentada, utilizando multiplicidade de fontes e observando parâmetros do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
- Utilização do pregão eletrônico e Sistema de Registro de Preços como mecanismos de ampliação da competitividade e redução de preços.
- Verificação da regularidade fiscal e financeira da contratada, conforme ETP

4. Risco: Atrasos na entrega ou falhas logísticas no transporte e distribuição dos mobiliários

Probabilidade: Média

Impacto: Médio

Medidas mitigadoras:

- Especificação clara no edital dos prazos máximos de entrega (30 dias), condições logísticas e responsabilidade integral da contratada pelo transporte e montagem.
- Definição prévia de pontos de entrega e exigência de planejamento logístico detalhado, conforme determinado no ETP
- Aplicação de penalidades contratuais em caso de atraso injustificado.

5. Risco: Inadequação dos ambientes físicos para receber os mobiliários (dimensões, acessos, layout)

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Medidas mitigadoras:

- Adoção das providências prévias indicadas no ETP, como:
 - verificação de vãos e acessos;
 - preparação prévia dos ambientes;
 - certificação de que o espaço comporta os itens;
 - organização de locais de armazenamento provisório
- Acompanhamento do gestor e fiscal antes e durante a entrega.

6. Risco: Descumprimento de exigências legais, ambientais ou

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000

CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

contratuais

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Medidas mitigadoras:

- Fiscalização permanente da execução contratual pela equipe formalmente designada, conforme Decreto Municipal n° 001/2025.
- Análise jurídica prévia de todas as fases, evitando impugnações, conforme recomendado no ETP
- Exigência, no edital, de comprovação da origem sustentável da madeira e de embalagens recicláveis, em conformidade com o ETP e a IN SLTI/MPOG n° 01/2010.

7. Risco: Problemas relacionados à capacidade econômico-financeira da contratada

Probabilidade: Baixa

Impacto: Alto

Medidas mitigadoras:

- Exigência de índices de liquidez e endividamento conforme ETP e art. 62 da Lei n° 14.133/2021
- Exigência de garantia contratual de 1%, já prevista e justificada no ETP.

Conclusão

Os riscos identificados são considerados administráveis, e as medidas mitigadoras adotadas – incluindo cláusulas contratuais específicas, fiscalização ativa, exigências técnicas e operacionais, além do uso do pregão eletrônico com Sistema de Registro de Preços – são suficientes para assegurar a adequada execução do objeto e a proteção do interesse público, conforme evidenciado pelo ETP.

15. SUSTENTABILIDADE

A contratação dará prioridade à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, observando as diretrizes da Lei n° 14.133/2021, a IN SLTI/MPOG n° 01/2010 e as boas práticas aplicáveis às aquisições de mobiliário. Considerando que o objeto consiste no fornecimento de móveis em geral, deverão ser observados os seguintes requisitos e medidas sustentáveis:

Materiais e processos sustentáveis

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ n° 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

O mobiliário fabricado com madeira ou derivados deverá atender aos critérios de rastreabilidade, comprovação de origem sustentável e procedência de manejo florestal responsável, conforme estabelecido no ETP e no art. 5º da IN SLTI/MPOG nº 01/2010

Sempre que possível, devem ser priorizados materiais que apresentem maior durabilidade, reduzido impacto ambiental e menor geração de resíduos ao longo do ciclo de vida.

Embalagens e logística sustentável

Os bens deverão ser acondicionados preferencialmente em embalagens recicláveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental, garantindo proteção adequada durante o transporte e o armazenamento, conforme diretrizes do ETP

A contratada deverá empregar práticas de logística que reduzam a emissão de resíduos, incluindo a correta destinação de materiais de embalagem após a entrega.

Vida útil, durabilidade e redução de desperdícios

A aquisição de mobiliários com maior robustez e resistência contribui para a redução de substituições frequentes, menor geração de resíduos sólidos e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

As especificações técnicas deverão privilegiar móveis fabricados com insumos de qualidade, promovendo maior vida útil e reduzindo custos ambientais e financeiros associados à reposição.

Conformidade com normas técnicas e ambientais

Todos os itens fornecidos deverão atender às normas de segurança, ergonomia e qualidade aplicáveis ao setor, minimizando impactos de saúde ocupacional e desperdícios associados a produtos inadequados.

A Administração verificará, no recebimento, a conformidade dos móveis com as especificações técnicas e com as exigências ambientais estabelecidas no TR e no ETP.

Fiscalização e acompanhamento

A fiscalização municipal acompanhará o cumprimento das diretrizes de sustentabilidade, incluindo a verificação documental da origem dos materiais, a análise das embalagens utilizadas e a conferência das características técnicas declaradas.

Caso sejam identificadas irregularidades ambientais ou ausência de comprovações exigidas, poderão ser aplicadas penalidades conforme legislação e contrato.

Conclusão

A adoção de critérios de sustentabilidade na aquisição de mobiliário contribui para:

- redução dos impactos ambientais;
- incentivo a práticas produtivas responsáveis;
- aumento da vida útil dos bens adquiridos;
- melhoria da eficiência do gasto público;
- atendimento às diretrizes legais de sustentabilidade previstas na Lei nº 14.133/2021.

16. RESULTADOS ESPERADOS

- Suprir com qualidade e eficiência as necessidades de mobiliário das unidades públicas do município;
- Padronizar e modernizar os ambientes administrativos, educacionais e institucionais da Prefeitura de Maragogi;
- Assegurar conforto, ergonomia e segurança aos usuários dos móveis públicos, conforme normas técnicas aplicáveis;
- Promover maior durabilidade dos bens adquiridos, com redução de custos com manutenção e substituição;
- Alinhar a aquisição às práticas sustentáveis, com uso de materiais certificados e embalagens recicláveis.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Termo de Referência integra o processo de contratação nº 4.290/2025 e deve ser utilizado como base para a elaboração do edital de pregão eletrônico com SRP, respeitando as diretrizes da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A contratação será realizada com base na legislação vigente, observando os princípios da economicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo dos demais princípios que norteiam o direito administrativo. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria de Licitação, em conjunto com a Procuradoria Jurídica Municipal.

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

Maragogi-AL, 10 de fevereiro de 2026.

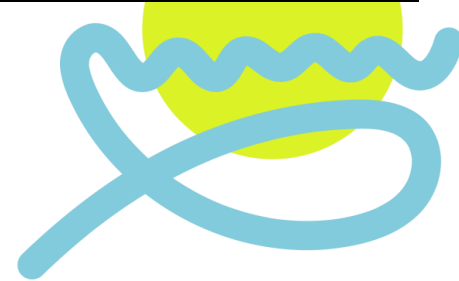
JEAN CARLOS DA COSTA E SILVA SANTOS JUNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CPF: 125.492.574-05
MATRÍCULA: 8956

ANEXO I

Item	Nome	Descrição	Preço Estimado	Quantidade	Unidade	Total
1	ARMÁRIO ALTO	ARMÁRIO ALTO, DUAS PORTAS, COM TAMPO E CORPO DO ARMÁRIO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 800X500X1600MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS PORTAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL. COM UMA DIVISÓRIA E 4 PRATELEIRAS.	R\$ 832,29	113	Unidades	R\$ 94.048,77
2 (cota)	ARMÁRIO ALTO	ARMÁRIO ALTO, DUAS PORTAS, COM TAMPO E CORPO DO ARMÁRIO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 800X500X1600MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS PORTAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL. COM UMA DIVISÓRIA E 4 PRATELEIRAS.	R\$ 832,29	37	Unidades	R\$ 30.7384,73
3	ARMÁRIO BAIXO	ARMÁRIO BAIXO, DUAS PORTAS, COM TAMPO E CORPO DO ARMÁRIO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 800X500X740MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS PORTAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL. COM UMA DIVISÓRIA E UMA PRATELEIRA.	R\$ 442,39	150	Unidades	R\$ 66.358,50
4	ARMÁRIO DE AÇO	ARMÁRIO DE AÇO, 2 PORTAS, MIN (A X L X P) 1980 X 900 X 450 MM, C/ CHAVE E MAÇANETA, 5 PRATELEIRAS REGULÁVEIS. COR CINZA CRISTAL E ACABAMENTO TEXTURIZADO.	R\$ 932,33	225	Unidades	R\$ 209.774,25
5 (COTA)	ARMÁRIO DE AÇO	ARMÁRIO DE AÇO, 2 PORTAS, MIN (A X L X P) 1980 X 900 X 450 MM, C/ CHAVE E MAÇANETA, 5 PRATELEIRAS REGULÁVEIS. COR CINZA CRISTAL E ACABAMENTO TEXTURIZADO.	R\$ 932,33	75	Unidades	R\$ 69.924,75
6	ARMÁRIO EXTRA ALTO	ARMÁRIO EXTRA ALTO, DUAS PORTAS, COM TAMPO E CORPO DO ARMÁRIO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 800X500X2100MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS PORTAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL.	R\$ 991,21	75	Unidades	R\$ 74.340,75
7 (COTA)	ARMÁRIO EXTRA ALTO	ARMÁRIO EXTRA ALTO, DUAS PORTAS, COM TAMPO E CORPO DO ARMÁRIO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 800X500X2100MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS PORTAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL.	R\$ 991,21	25	Unidades	R\$ 24.780,25
8	ARMÁRIO ROUPEIRO DE AÇO	ARMÁRIO ROUPEIRO DE AÇO, TIPO GUARDA VOLUMES COM 12 PORTAS - DEVERÁ CONTER 12 (DOZE) COMPARTIMENTOS COM PORTA, SENDO QUE CADA PORTA DEVERÁ CONTER 02 (DUAS) DOBRADIÇAS INTERNAS. FECHADURA DE TAMBOR CILÍNDRICO, MÍNIMO DE UMA DUPLICATA DAS	R\$ 940,96	75	Unidades	R\$ 70.572,00

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



		CHAVES. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 1900MM, LARGURA: 925MM, PROFUNDIDADE: 420MM.				
9	ARMÁRIO ROUPEIRO DE AÇO	ARMÁRIO ROUPEIRO DE AÇO, TIPO GUARDA VOLUMES COM 12 PORTAS - DEVERÁ CONTER 12 (DOZE) COMPARTIMENTOS COM PORTA, SENDO QUE CADA PORTA DEVERÁ CONTER 02 (DUAS) DOBRADIÇAS INTERNAS. FECHADURA DE TAMBOR CILÍNDRICO, MÍNIMO DE UMA DUPLICATA DAS CHAVES. DIMENSÕES APROXIMADAS: ALTURA: 1900MM, LARGURA: 925MM, PROFUNDIDADE: 420MM.	R\$ 940,96	25	Unidades	R\$ 23.524,00
10	ARQUIVO PARA PASTAS SUSPENSAS EM CHAPA DE AÇO	ARQUIVO PARA PASTAS SUSPENSAS EM CHAPA DE AÇO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 470X600X1330MM (LXPXH). O ARMÁRIO DEVERÁ CONTER 4 (QUATRO) GAVETAS, CORREDIÇAS TELESCÓPICAS E DESLIZAMENTO EM ROLDANAS QUE PERMITE A SUA ABERTURA TOTAL E TRAVA QUE EVITA A QUEDA DA GAVETA. FECHADURA COM 2 CHAVES COM FECHAMENTO SIMULTÂNEO DAS GAVETAS. AS PORTAS DEVERÃO CONTER PUXADORES HORIZONTAIS E PORTAS ETIQUETA. NA COR CINZA CRISTAL E ACABAMENTO TEXTURIZADO.	R\$ 821,70	375	Unidades	R\$ 308.137,50
11 (COTA)	ARQUIVO PARA PASTAS SUSPENSAS EM CHAPA DE AÇO	ARQUIVO PARA PASTAS SUSPENSAS EM CHAPA DE AÇO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 470X600X1330MM (LXPXH). O ARMÁRIO DEVERÁ CONTER 4 (QUATRO) GAVETAS, CORREDIÇAS TELESCÓPICAS E DESLIZAMENTO EM ROLDANAS QUE PERMITE A SUA ABERTURA TOTAL E TRAVA QUE EVITA A QUEDA DA GAVETA. FECHADURA COM 2 CHAVES COM FECHAMENTO SIMULTÂNEO DAS GAVETAS. AS PORTAS DEVERÃO CONTER PUXADORES HORIZONTAIS E PORTAS ETIQUETA. NA COR CINZA CRISTAL E ACABAMENTO TEXTURIZADO.	R\$ 821,70	125	Unidades	R\$ 102.712,50
12	CADEIRA DE APROXIMAÇÃO FIXA	CADEIRA DE APROXIMAÇÃO FIXA, ENCONSTO EM TELA HYTREL, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	R\$ 458,36	100	Unidades	R\$ 45.836,00
13	CADEIRA DE DIÁLOGO FIXA 4 PÉS	CADEIRA DE DIÁLOGO FIXA 4 PÉS, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ESTRUTURA EM AÇO E ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO. COR PRETA..	R\$ 238,33	375	Unidades	R\$ 89.373,75
14 (COTA)	CADEIRA DE DIÁLOGO FIXA 4 PÉS	CADEIRA DE DIÁLOGO FIXA 4 PÉS, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ESTRUTURA EM AÇO E ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO. COR PRETA..	R\$ 238,33	125	Unidades	R\$ 29.791,25
15	CADEIRA DE DIÁLOGO FIXA APROXIMAÇÃO	CADEIRA DE DIÁLOGO FIXA APROXIMAÇÃO, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	R\$ 706,50	100	Unidades	R\$ 70.650,00

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

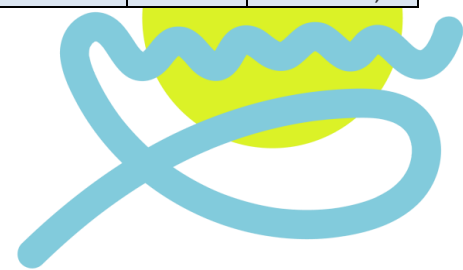
Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



16	CADEIRA DE TREINAMENTO COM PRANCHETA REBATÍVEL ESCAMOTEÁVEL	CADEIRA DE TREINAMENTO COM PRANCHETA REBATÍVEL ESCAMOTEÁVEL, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ESTRUTURA EM AÇO E ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO. COR PRETA..	R\$ 382,92	375	Unidades	R\$ 143.595,00
17 (COTA)	CADEIRA DE TREINAMENTO COM PRANCHETA REBATÍVEL ESCAMOTEÁVEL	CADEIRA DE TREINAMENTO COM PRANCHETA REBATÍVEL ESCAMOTEÁVEL, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ESTRUTURA EM AÇO E ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO. COR PRETA..	R\$ 382,92	125	Unidades	R\$ 47.865,00
18	CADEIRA GIRATÓRIA EXECUTIVA TELA DE POLIÉSTER	CADEIRA GIRATÓRIA EXECUTIVA TELA DE POLIÉSTER, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. COM BRAÇOS. COM ENCOSTO EM TELA POLIÉSTER. COR PRETA.	R\$ 318,05	150	Unidades	R\$ 47.707,50
19	CADEIRA GIRATÓRIA OPERACIONAL COM BRAÇOS REGULÁVEIS	CADEIRA GIRATÓRIA OPERACIONAL COM BRAÇOS REGULÁVEIS, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ESPALDAR MÉDIO, GIRO DE 360 GRAUS DO ASSENTO/ENCOSTO, ALTURA DOS BRAÇOS, ALTURA E INCLINAÇÃO DO ASSENTO E ENCOSTO DE MANEIRA INDEPENDENTE. ENCOSTO ESTRUTURADO EM CHASSI DE POLIPROPILENO INJETADO COM ALETAS DE REFORÇOS ESTRUTURAIS, ESTOFAMENTO EM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO INJETADA MOLDADA COM ESPESSURA MÉDIA PREDOMINANTE DE, NO MÍNIMO, 40 MM. LARGURA MÍNIMA DO ENCOSTO DE 450 MM, EXTENSÃO VERTICAL MÍNIMA DO ENCOSTO DE 410 MM, AJUSTE DE ALTURA DO ENCOSTO EM NO MÍNIMO 5 PONTOS, COM CURSO VERTICAL MÍNIMO DE AJUSTE DE 60 MM. FAIXA DE INCLINAÇÃO MÍNIMA DO ENCOSTO: 25 GRAUS. ASSENTO ESTRUTURADO EM CHASSI DE POLIPROPILENO INJETADO COM ALETAS DE REFORÇOS ESTRUTURAIS OU EM COMPENSADO MULTILAMINADO ANATÔMICO DE ESPESSURA MÍNIMA DE 12 MM, ESTOFAMENTO EM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO INJETADA MOLDADA COM 40 MM DE ESPESSURA MÍNIMA MÉDIA PREDOMINANTE, COM CONTRACAPA PARA O ASSENTO INJETADA EM POLIPROPILENO QUE PROTEJA TODO O CONTRA ASSENTO E BORDOS. ASSENTO COM LARGURA E PROFUNDIDADE DE SUPERFÍCIE MÍNIMAS DE 460 MM. REVESTIMENTO DO ASSENTO E DO ENCOSTO EM TECIDO 100% POLIÉSTER NA COR PRETA. COLUNA PARA AJUSTE DE ALTURA E GIRO DE 360º DO ASSENTO A GÁS. APOIA BRAÇOS ERGONÔMICO E ANATÔMICO, INJETADO EM POLIPROPILENO, COM DIMENSÕES NOMINAIS MÍNIMAS DE 250 MM DE COMPRIMENTO POR 80	R\$ 516,37	225	Unidades	R\$ 116.183,25

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



		MM DE LARGURA, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.				
20 (COTA)	CADEIRA GIRATÓRIA OPERACIONAL COM BRAÇOS REGULÁVEIS	CADEIRA GIRATÓRIA OPERACIONAL COM BRAÇOS REGULÁVEIS, CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ESPALDAR MÉDIO, GIRO DE 360 GRAUS DO ASSENTO/ENCOSTO, ALTURA DOS BRAÇOS, ALTURA E INCLINAÇÃO DO ASSENTO E ENCOSTO DE MANEIRA INDEPENDENTE. ENCOSTO ESTRUTURADO EM CHASSI DE POLIPROPILENO INJETADO COM ALETAS DE REFORÇOS ESTRUTURAIS, ESTOFAMENTO EM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO INJETADA MOLDADA COM ESPESSURA MÉDIA PREDOMINANTE DE, NO MÍNIMO, 40 MM. LARGURA MÍNIMA DO ENCOSTO DE 450 MM, EXTENSÃO VERTICAL MÍNIMA DO ENCOSTO DE 410 MM, AJUSTE DE ALTURA DO ENCOSTO EM NO MÍNIMO 5 PONTOS, COM CURSO VERTICAL MÍNIMO DE AJUSTE DE 60 MM. FAIXA DE INCLINAÇÃO MÍNIMA DO ENCOSTO: 25 GRAUS. ASSENTO ESTRUTURADO EM CHASSI DE POLIPROPILENO INJETADO COM ALETAS DE REFORÇOS ESTRUTURAIS OU EM COMPENSADO MULTILAMINADO ANATÔMICO DE ESPESSURA MÍNIMA DE 12 MM, ESTOFAMENTO EM ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO INJETADA MOLDADA COM 40 MM DE ESPESSURA MÍNIMA MÉDIA PREDOMINANTE, COM CONTRACAPA PARA O ASSENTO INJETADA EM POLIPROPILENO QUE PROTEJA TODO O CONTRA ASSENTO E BORDOS. ASSENTO COM LARGURA E PROFUNDIDADE DE SUPERFÍCIE MÍNIMAS DE 460 MM. REVESTIMENTO DO ASSENTO E DO ENCOSTO EM TECIDO 100% POLIÉSTER NA COR PRETA. COLUNA PARA AJUSTE DE ALTURA E GIRO DE 360º DO ASSENTO A GÁS. APOIA BRAÇOS ERGONÔMICO E ANATÔMICO, INJETADO EM POLIPROPILENO, COM DIMENSÕES NOMINAIS MÍNIMAS DE 250 MM DE COMPRIMENTO POR 80 MM DE LARGURA, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	R\$ 516,37	75	Unidades	R\$ 38.727,75
21	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE TELA ESPALDAR ALTO	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE TELA ESPALDAR ALTO. BRAÇO COM REGULAGEM DE ALTURA, TOTALMENTE INJETADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA. ASSENTO COM ESPUMA INJETA EM POLIURETANO COM ESPESSURA DE 35MM, POSSUI CONTRA CAPA EM POLIPROPILENO. BRAÇO COM REGULAGEM DE ALTURA, TOTALMENTE INJETADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA. MECANISMO ERGONÔMICO DE CONTATO PERMANENTE, PERMITE A INCLINAÇÃO DO ENCOSTO PARA MELHOR ADEQUAR AO BIOTÍPO DO USUÁRIO COM	R\$ 989,48	30	Unidades	R\$ 29.684,40

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

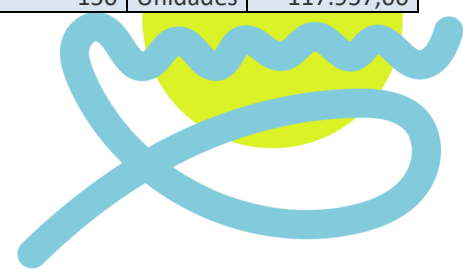
Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



		TRAVAMENTO EM QUALQUER PONTO, PERMITE AINDA A REGULAGEM DE ALTURA DESTE ENCOSTO. RODÍZIOS COM DUPLO GIRO, EM NYLON, IDEAL PARA PISO CARPETE. COR PRETA, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.				
22	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE TELA ESPALDAR ALTO COM APOIO DE CABEÇA	CADEIRA GIRATÓRIA PRESIDENTE TELA ESPALDAR ALTO COM APOIO DE CABEÇA. BRAÇO COM REGULAGEM DE ALTURA, TOTALMENTE INJETADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA. ASSENTO COM ESPUMA INJETA EM POLIURETANO COM ESPESSURA DE 35MM, POSSUI CONTRA CAPA EM POLIPROPILENO. BRAÇO COM REGULAGEM DE ALTURA, TOTALMENTE INJETADO EM POLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA. MECANISMO ERGONÔMICO DE CONTATO PERMANENTE, PERMITE A INCLINAÇÃO DO ENCOSTO PARA MELHOR ADEQUAR AO BIOTÍPO DO USUÁRIO COM TRAVAMENTO EM QUALQUER PONTO, PERMITE AINDA A REGULAGEM DE ALTURA DESTE ENCOSTO. RODÍZIOS COM DUPLO GIRO, EM NYLON, IDEAL PARA PISO CARPETE. COR PRETA.	R\$ 1.168,19	20	Unidades	R\$ 23.363,80
23	CONJUNTO PLATAFORMA 02 LUGARES (TIPO ILHA)	CONJUNTO PLATAFORMA 02 LUGARES (TIPO ILHA), MEDINDO APROXIMADAMENTE 1200X1400X740MM (LXPXH). EM MDP, QUE ATENDA A NORMA REGULAMENTADORA NR-17 (ERGONOMIA) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO.	R\$ 1.267,60	20	Unidades	R\$ 25.352,00
24	ESTANTE DE AÇO CONTENDO 06 PRATELEIRAS	ESTANTE DE AÇO CONTENDO 06 PRATELEIRAS, DIMENSÕES, 1980 X 920 X 300MM (A X L X P), COM CAPACIDADE PARA ATÉ 200KG.	R\$ 349,73	375	Unidades	R\$ 131.148,75
25 (COTA)	ESTANTE DE AÇO CONTENDO 06 PRATELEIRAS	ESTANTE DE AÇO CONTENDO 06 PRATELEIRAS, DIMENSÕES, 1980 X 920 X 300MM (A X L X P), COM CAPACIDADE PARA ATÉ 200KG.	R\$ 349,73	125	Unidades	R\$43.716,25
26	GAVETEIRO FIXO COM 2 GAVETAS	GAVETEIRO FIXO COM 2 GAVETAS. TAMPO E CORPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 400X440X257MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS GAVETAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL.	R\$ 216,76	375	Unidades	R\$ 81.285,00
27 (cota)	GAVETEIRO FIXO COM 2 GAVETAS	GAVETEIRO FIXO COM 2 GAVETAS. TAMPO E CORPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 400X440X257MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS GAVETAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL.	R\$ 216,76	125	Unidades	R\$ 27.095,00
28	GAVETEIRO VOLANTE COM 2 GAVETÕES	GAVETEIRO VOLANTE COM 2 GAVETÕES. TAMPO E CORPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 400X470X648MM (LXPXH). TRAVAMENTO DOS GAVETÕES COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE	R\$ 786,38	150	Unidades	R\$ 117.957,00

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

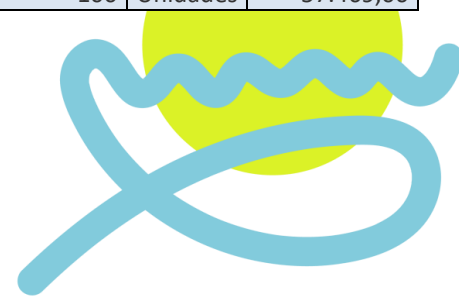
Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



		ESCAMOTEÁVEL. RODAS COM DUPLO RODÍZIO COM CORPOS E RODAS INJETADAS EM TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA.				
29	GAVETEIRO VOLANTE COM 2 GAVETÕES	GAVETEIRO VOLANTE COM 2 GAVETÕES. TAMPO E CORPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 400X470X648MM (LXPXH). TRAVAMENTO DOS GAVETÕES COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL. RODAS COM DUPLO RODÍZIO COM CORPOS E RODAS INJETADAS EM TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA.	R\$ 786,38	50	Unidades	R\$ 39.319,00
30	GAVETEIRO VOLANTE COM 3 GAVETAS	GAVETEIRO VOLANTE COM 3 GAVETAS. TAMPO E CORPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 400X470X617MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS GAVETAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL. RODAS COM DUPLO RODÍZIO COM CORPOS E RODAS INJETADAS EM TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA.	R\$ 552,54	150	Unidades	R\$ 82.881,00
31 (COTA)	GAVETEIRO VOLANTE COM 3 GAVETAS	GAVETEIRO VOLANTE COM 3 GAVETAS. TAMPO E CORPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 400X470X617MM (LXPXH). TRAVAMENTO DAS GAVETAS COM ACIONAMENTO FRONTAL CONTENDO FECHADURA COM CHAVE ESCAMOTEÁVEL. RODAS COM DUPLO RODÍZIO COM CORPOS E RODAS INJETADAS EM TERMOPLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA.	R\$ 552,54	50	Unidades	R\$ 27.627,00
32	LONGARINA 02 LUGARES ESTOFADA	LONGARINA 02 LUGARES ESTOFADA. COM ASSENTO E ENCOSTO EM CONCHA ESTOFADA. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	R\$ 377,53	100	Unidades	R\$ 37.753,00
33	LONGARINA 02 LUGARES ESTOFADA COM BRAÇO	LONGARINA 02 LUGARES ESTOFADA COM BRAÇO. COM ASSENTO E ENCOSTO EM CONCHA ESTOFADA. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO	R\$ 540,50	100	Unidades	R\$ 54.050,00
34	LONGARINA 03 LUGARES ESTOFADA	LONGARINA 03 LUGARES ESTOFADA. COM ASSENTO E ENCOSTO EM CONCHA ESTOFADA. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	R\$ 499,83	100	Unidades	R\$ 49.983,00
35	LONGARINA 03 LUGARES ESTOFADA COM BRAÇO	LONGARINA 03 LUGARES ESTOFADA COM BRAÇO. COM ASSENTO E ENCOSTO EM CONCHA ESTOFADA. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	R\$ 644,46	100	Unidades	R\$ 64.446,00
36	LONGARINA 02 LUGARES POLIPROPILENO INJETADO	LONGARINA 02 LUGARES POLIPROPILENO INJETADO. COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	R\$ 379,50	100	Unidades	R\$ 37.950,00
37	LONGARINA 02 LUGARES POLIPROPILENO INJETADO COM BRAÇO	LONGARINA 02 LUGARES POLIPROPILENO INJETADO COM BRAÇO. COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	R\$ 574,69	100	Unidades	R\$ 57.469,00

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

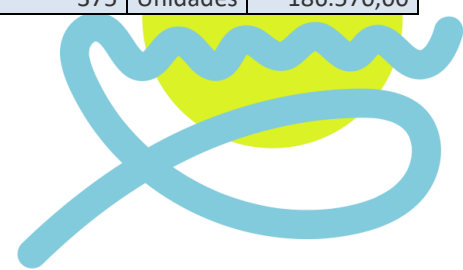
Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



38	LONGARINA 03 LUGARES POLIPROPILENO INJETADO	LONGARINA 03 LUGARES POLIPROPILENO INJETADO. COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	R\$ 365,98	100	Unidades	R\$ 36.598,00
39	LONGARINA 03 LUGARES POLIPROPILENO INJETADO COM BRAÇO	LONGARINA 03 LUGARES POLIPROPILENO INJETADO COM BRAÇO. COM ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO INJETADO. COR PRETA. SUPORTA DE 120KG A 200KG POR ASSENTO.	R\$ 708,70	100	Unidades	R\$ 70.870,00
40	MESA DE REUNIÃO COM TAMPO RETANGULAR EM MADEIRA MDF OU MDP	MESA DE REUNIÃO COM TAMPO RETANGULAR EM MADEIRA MDF OU MDP, TAMPO DE 25MM, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2500X1100X740MM (LXPXH).	R\$ 1.057,41	20	Unidades	R\$ 21.148,20
41	MESA DE REUNIÃO COM TAMPO OVAL EM MADEIRA MDF OU MDP	MESA DE REUNIÃO COM TAMPO OVAL EM MADEIRA MDF OU MDP, TAMPO DE 25MM. MEDINDO APROXIMADAMENTE 2700X1100X740MM (LXPXH).	R\$ 1.550,28	20	Unidades	R\$ 31.005,60
42	MESA DE TRABALHO ANGULAR EM "L" COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP	MESA DE TRABALHO ANGULAR EM "L" COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1200X600X1200X600X;740MM, COM DUAS GAVETAS.	R\$ 782,25	40	Unidades	R\$ 31.290,00
43	MESA DE TRABALHO ANGULAR EM "L" COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP,	MESA DE TRABALHO ANGULAR EM "L" COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1350X600X1350X600X740MM, COM DUAS GAVETAS.	R\$ 651,67	20	Unidades	R\$ 13.033,40
44	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1200X600X740MM (LXPXH), COM DUAS GAVETAS.	R\$ 350,81	375	Unidades	R\$ 131.553,75
45 (COTA)	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1200X600X740MM (LXPXH), COM DUAS GAVETAS.	R\$ 350,81	125	Unidades	R\$ 3.851,25
46	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1350X600X740MM (LXPXH), COM DUAS GAVETAS.	R\$ 497,52	375	Unidades	R\$ 186.570,00

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

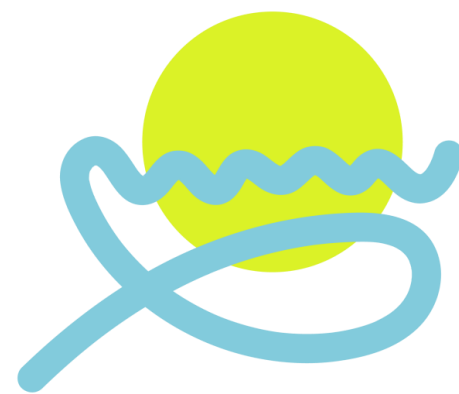
Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



	OU MDP					
47 (COTA)	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1350X600X740MM (LXPXH), COM DUAS GAVETAS.	R\$ 497,52	125	Unidades	R\$ 62.190,00
48	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1800X600X740MM (LXPXH), COM DUAS GAVETAS.	R\$ 599,43	113	Unidades	R\$ 67.735,59
49 (COTA)	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP	MESA DE TRABALHO RETA COM TAMPO EM MADEIRA MDF OU MDP, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1800X600X740MM (LXPXH), COM DUAS GAVETAS.	R\$ 599,43	37	Unidades	R\$ 22.178,91
50	MESA DIRETOR RETA	MESA DIRETOR RETA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1800X800X740MM (LXPXH). MADEIRA OU MDF.	R\$ 934,50	20	Unidades	R\$ 18.690,00
51	MESA DIRETORIA RETA	MESA DIRETORIA RETA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1800X1800X740MM (LXPXH)	R\$ 1.956,65	10	Unidades	R\$ 19.566,50
52	MESA PARA REUNIAO FORMATO REDONDO	MESA PARA REUNIAO FORMATO REDONDO, TAMPO E CORPO DO ARMÁRIO EM MADEIRA MDF OU MDP, DIMENSOES 120CM (DIAMETRO) X 74CM (ALTURA).	R\$ 560,47	50	Unidades	R\$ 28.023,50
53	SOFÁ DE ESPERA 01 LUGAR	SOFÁ DE ESPERA 01 LUGAR	R\$ 1.847,50	10	Unidades	R\$ 18.475,00
54	SOFÁ DE ESPERA 02 LUGARES	SOFÁ DE ESPERA 02 LUGARES	R\$ 1.454,81	10	Unidades	R\$ 14.548,10
55	SOFÁ DE ESPERA 03 LUGARES	SOFÁ DE ESPERA 03 LUGARES	R\$ 1.584,71	10	Unidades	R\$ 15.847,10
Valor Global: 3.468.952,60 (TRÊS MILHÕES QUATROCENTOS E SESSENTA E OITO MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS).						

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



ANEXO III

Minuta de Ata de Registro de Preços n° /202x

MUNICÍPIO DE MARAGOGI, CNPJ n°. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediado à xxxxxxxx, s/n, Centro, MARAGOGI/AL, por meio do Pregoeiro designado pela Portaria n° xxx, de xxx de janeiro de 2025, neste ato representado por Sr. Prefeito, , xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, inscrito no RG xxxxxxxx xxx/xx e no CPF de n° xxx.xxx.xxx-xx, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** n°.---/2025, Processo Administrativo n° xxx /2025, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no Edital, nos moldes da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, do Decreto Municipal n°001, de 02 de janeiro de 2025, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente ARP tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **XXXXXXX**, especificado no Termo de Referência, anexo do edital de Pregão n° /2025, que é parte integrante desta Ata, Assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

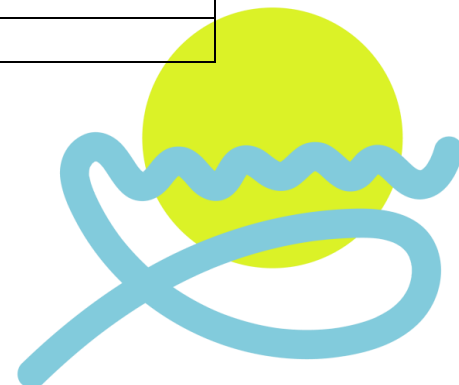
2.1 Esta ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços cuja(s) especificações técnicas, marca(s)/modelo(s), preço(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado, conforme abaixo descrito resumidamente:

Fornecedor Beneficiário:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefones:	
Representante Legal:	
Identidade e CPF:	
E-mail:	

GRUPO - AMPLA PARTICIPAÇÃO

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AL | CEP: 57.955-000
CNPJ n° 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



Item	Descrição do Produto	Unid	Quant	Marca/ Fabricante/ Nº na ANVISA	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

2.2 O valor total desta Ata é de R\$ --- ().

2.3 Ao participar do procedimento licitatório, o fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado final obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP.

2.4 Também fica formalizado, conjuntamente com a presente ARP, o CADASTRO DE RESERVA de (ATÉ DOIS) fornecedor(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo CANCELAMENTO de registro e segundo a ordem de classificação final no certame.

2.4.1 A formação de CADASTRO DE RESERVA vincula o(s) particular(es) aos termos da proposta titular em relação ao preço, obrigando-se a assumir a titularidade do registro em caso de **cancelamento do registro do titular**, observada a ordem de classificação. Anexo B desta ARP.

2.5 Será realizada periódica pesquisa de mercado para a comprovação de vantajosidade desta Ata.

2.1 A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no Edital PEnº XX/2024 – CPL.

2.2 Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO DE RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia

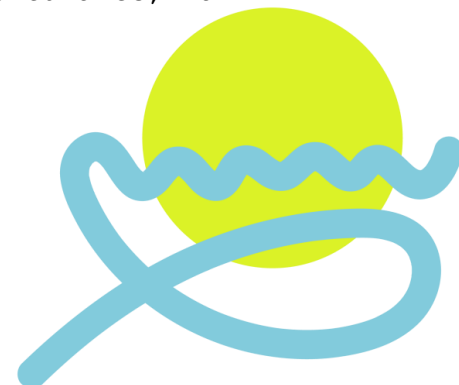
2.3 Os quantitativos registrados e endereços de entrega do órgão gerenciador e dos órgãos participantes estão dispostos em anexo a este documento.

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1 Os órgão(s) e entidade(s), abaixo relacionado(s), com seus respectivos endereços, integram a presente ARP como titulares, na condição de participantes:

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AL | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



ÓRGÃO GERENCIADOR	ENDEREÇO
xxxxx	xxxxxxx

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

4.1 A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade do Município de MARAGOGI, na condição de não participantes, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas neste edital.

4.2 É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal e estadual a adesão a ata de registro de preços gerenciada pela DELCA, salvo órgão ou entidade integrante do município de MARAGOGI/AL, ou de outra esfera municipal.

5. DA VALIDADE DA ATA

5.1 O prazo de validade desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

6. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

6.1 As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo **órgão gerenciador** e/ou por cada um dos participantes, observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação e na jurisprudência do TCU

6.2 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

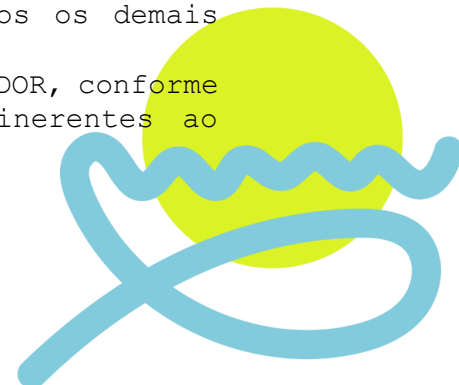
7.1 DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

I. O ÓRGÃO GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro, em processo administrativo de gestão específico, relativo a todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

II. Cabe à Gerência de Contratos e Atas do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AL | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



GERENCIAMENTO da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

- a) Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;
- b) Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, devidamente assinada e publicada, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;
- c) Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;
- d) Receber, analisar e pronunciar-se quanto à solicitação de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, inclusive indicando providências complementares necessárias ou até recomendando o indeferimento fundamentado da pretensão, observada a legislação vigente e a jurisprudência do TCU;
- e) Conduzir eventuais procedimentos de **renegociação** de preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU;
- f) propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais **alterações de preços, cancelamentos e revogações** ocorridos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a comunicação aos órgãos e às entidades participantes;
- g) propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- h) instruir os autos de gestão da presente ARP.

7.2 DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:

I. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE cabe:

- a) Tomar conhecimento da ARP, incluindo as eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;
- b) Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local,

informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociações de preços;
- c) Observar e controlar a utilização do quantitativo máximo dos itens/grupos do objeto registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens/grupo diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;
- d) Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AL | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;

- e) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

7.3 DO BENEFICIÁRIO DA ATA:

I. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

- a) Retirar a respectiva **nota de empenho ou ordem de serviço**, bem como assinar o **termo de contrato** (se for caso), no prazo máximo de **05 dias corridos**, contados da convocação;
- b) Caso seja consultado, informar quanto a **não possibilidade de adesão** de órgão ou entidade da Administração Pública não participante com finalidade de contratar por meio da presente ARP, tendo em vista a não permissão expressa no Edital de PE nº XX/202X – CPL/;
- c) Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no termo de referência integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;
- d) Respeitar as demais condições e obrigações contidas nos documentos apresentados na licitação e em sua proposta, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- e) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou pelo(s) PARTICIPANTE(S), referentes ao cumprimento das obrigações firmadas na presente ARP;
- f) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de **05 dias corridos**, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas para fins de viabilizar a(s) respectiva(s) contratações;
- g) Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;



- h) Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos e entidades contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;
- i) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- j) Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA

8.1 A qualquer tempo, o **preço** registrado poderá ser revisto em decorrência de **eventual redução** ocorrida no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, em conformidade com o inciso IV, § 5º, do art. 82, da Lei N° 14.133, de 2021, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR providenciar a convocação do fornecedor registrado para negociar o novo valor compatível com o de mercado.

7.1.1 Não havendo acordo em relação a renegociação do(s) preço(s) registrado(s), será o respectivo registro **cancelado**, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas e sem aplicação de penalidade.

7.1.2 Em caso do cancelamento para o respectivo item/GRUPO, deverão ser convocados os fornecedores registrados em cadastro reserva, a fim de que os mesmos manifestem interesse em assumir o compromisso de praticar o preço do fornecedor beneficiário da ata.

8.2 O registro será ser CANCELADO:

- I. - Por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando o fornecedor:
 - a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;
 - d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n° 14.133, de 2021;
- II. - Por iniciativa do próprio fornecedor, desde que apresente solicitação por escrito e anterior ao pedido de fornecimento/contratação, bem como comprove a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista **fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior**, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual.



7.2.1 O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado nos autos do processo administrativo de gestão da presente ARP, por despacho fundamentado da autoridade competente no ÓRGÃO GERENCIADOR.

9. DAS PENALIDADES

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

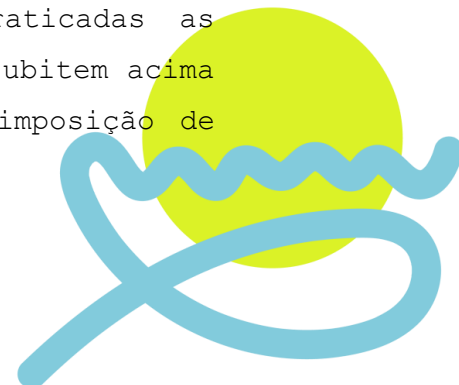
- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou a funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. (Lei nº 12.846 de 01 de Agosto de 2013 Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências).

9.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

1. Moratória de por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de dias;

2. Moratória de 1% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

3. O atraso superior a 10 (dez) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

4. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas

cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156,



§8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

- 9.7** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b)** As peculiaridades do caso concreto;
 - c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d)** Os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.10** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 9.11** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.12** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas



Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.14 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir os prejuízos resultantes da sua conduta e depois de decorrido o prazo das sanções de suspensão e impedimento aplicadas.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Toda alteração da presente ARP será publicada no DOM.

10.2 A Ata de Registro de Preços somente poderá ser usada pelos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal de São Miguel dos Campos, desde que autorizados pelo Gerenciador.

10.3 Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, **salvo justificativa técnica** e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes, conforme jurisprudência do TCU.

10.4 A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

10.5 Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com legislação vigente, particularmente com a Lei Federal nº. 14.133/2021, regulamentada pelos Decreto Municipal nº 14.466/2017.

10.6 O preço, quantitativo, fornecedor e as especificações resumidas do objeto registrado, como também suas possíveis alterações e cancelamento, serão publicados, em forma de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Miguel dos Campos - DOM.

10.7 Todas as informações do presente registro de preço serão disponibilizadas, durante sua vigência, no site do ÓRGÃO GERENCIADOR na Internet (www.bnc.org.br), inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AL | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



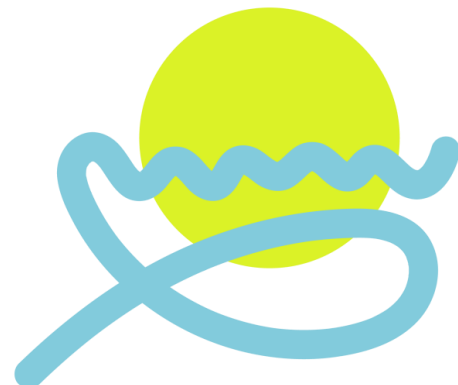
11. DO FORO:

11.1 Para dirimir questões oriundas da presente ARP será competente o foro da Cidade de MARAGOGI/AL.

MARAGOGI/AL, xxx,xxx de

xxx Fornecedor

Beneficiário



ANEXO IV DO EDITAL

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO N° (...)/20(...).

(Processo Administrativo n°.)

TERMO DE CONTRATO DE XXXXXX (),
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
MARAGOGI/AL, COM INTERVENIÊNCIA DA
(...), E A EMPRESA (),
NA FORMA ABAIXO

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediado à XXXXXXXXXXXXXXXX, s/n, Centro, MARAGOGI/AL, por meio do Pregoeiro designado pela Portaria n° XXX, de XX de janeiro de 2025, neste ato representado pelo Sr. Prefeito, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, inscrito no RG xxxxxxxxxxxx xxx/xx e no CPF de n° xxx.xxx.xxx-xx, e de outro lado a empresa (**nome completo da empresa**), com o CNPJ n° (), localizada à (...), – CEP: (..), neste ato representada pelo(a) Senhor(a) (**nome completo**), (**nacionalidade**), (**profissão**), (**estado civil**), portador(a) do RG n°. (...) – (...)/(...) e CPF n°. (...) *OU* *procuração apresentada nos autos*, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justos e acordados o presente contrato, observadas as cláusulas e condições a seguir, tendo em vista o que consta no Processo n° e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. / , mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

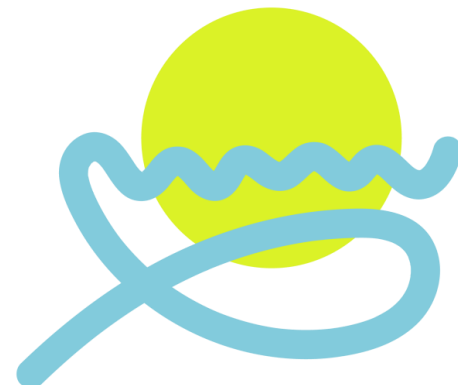
1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de , nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO 01

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ n° 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



IT E M	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, sendo considerado o limite, com fulcro artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.*

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e

XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

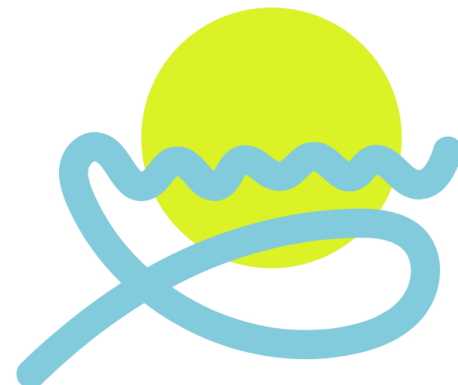
CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



5.1. O valor total da contratação é de R\$. ()

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em / / (DD/MM/AAAA).

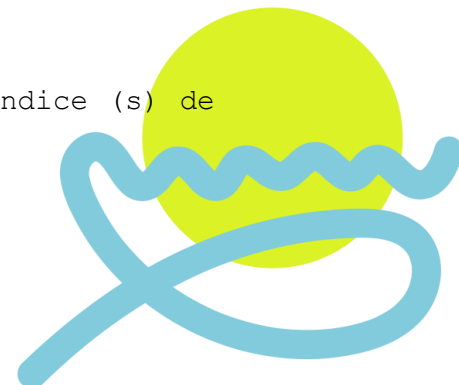
7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice de variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), aferido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou pelo índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AL | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXXXX.

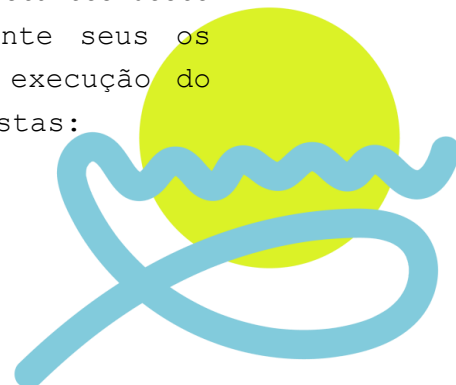
8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridades superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;



4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

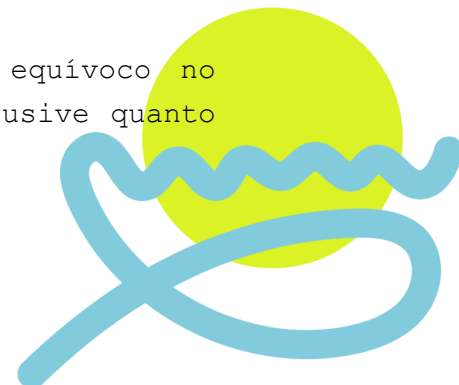
9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos desua proposta, inclusive quanto



aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

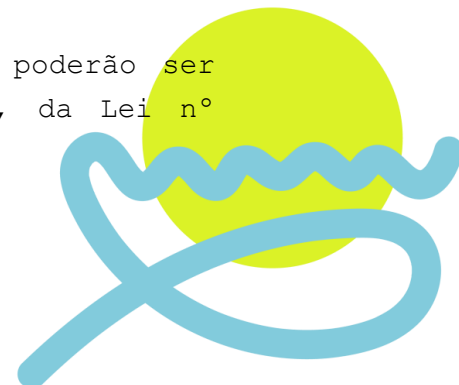
1. moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de () dias;
2. compensatória de% (por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com multa (art. 156, §7º, da Lei nº

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AL | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n° 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei n° 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafo do art. 158 da Lei n° 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei n° 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n° 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública.

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para



facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.1. *O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-Al | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



1.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

1.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas

admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

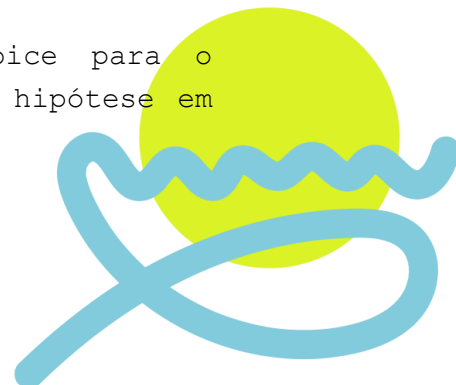
1.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

1.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.4.3. Indenizações e multas.

1.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em



que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

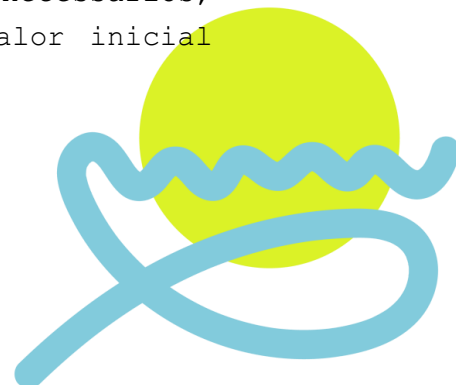
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

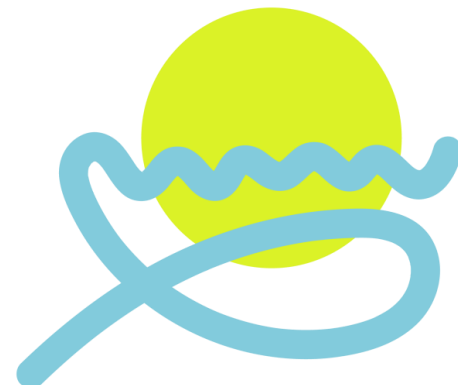
17.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Maragogi para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17.2. E, por estarem justos e de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui pactuadas, firmamos presente em duas vias de igual teor e forma.

MARAGOGI/AL, (...) de (...) de (...).

.....
...
(Nome da Empresa)
(Representante
Legal da Empresa)

.....
...
(Nome da Secretaria
Interveniente)
(Gestor(a) da
Secretaria
Interveniente)



ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Empresa:

- CNPJ:
- Endereço:
- Cidade Estado:
- Fone: Fax:
- E-mail:

Para fins de Pagamento:

Banco: Agência: C/Corrente:
.....

Prazo de validade desta proposta: 90 (noventa) dias.

Prazo de entrega/execução do(s) material(is)/serviços: (...) (()) dias a contar do recebimento da Nota de empenho

Declaramos que no preço proposto estão incluídas todas as despesas ou encargos de qualquer natureza resultante da execução do objeto licitado, considerando os itens entregues/executados no Local indicado neste Edital.

Declaramos ainda que concordamos com todos os termos do Edital Pregão n.º /20(...) –

CPL/ARSER e seus Anexos.

GRUPO 01

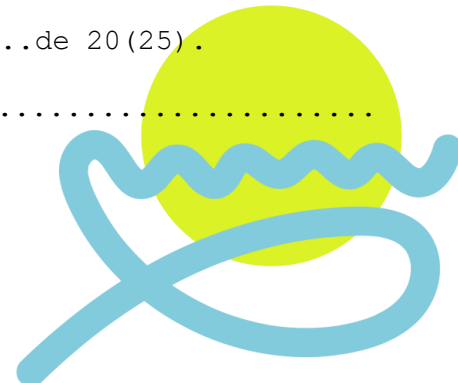
Item	Especificação do(s) item(s)	Marca/ Modelo	Unidade	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
01	Descrição do item		Un			

Preço Total por extenso:

Local, de de 20(25) .

PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AL | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br



PALÁCIO DAS PALMEIRAS

Pç. Guedes Miranda, 30 – Centro / Maragogi-AI | CEP: 57.955-000
CNPJ nº 12.248.522/0001-96 | www.maragogi.al.gov.br

